



ELQ



**ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS**

Ano XIX n.º 220

DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário — Abril 1993 — 110\$00



Foto ANTONIO PEDRO FERREIRA

ADFA

ao comemorar o
25 de Abril
recorda o direito
de associação
que permitiu o nosso
14 de Maio

Revisão estatutária

encontradas plataformas susceptíveis
de elaboração de um projecto de consenso



Grupo de diálogo/SNR

analisa criação de comissões especializadas e
financiamento às Organizações Não Governamentais

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ELEITORAL ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Nos termos dos Art.ºs 28.º e 29.ºs dos Estatutos e das disposições do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os sócios para a Assembleia Geral Nacional Eleitoral Ordinária, a realizar no próximo dia 26 de Junho de 1993 (sábado), das 09 horas às 19 horas, com vista à eleição dos Órgãos Sociais Centrais e Locais para o biénio de 1993/95.

A Assembleia Geral Nacional Eleitoral, que se desdobrará em Assembleias Gerais de Delegação simultâneas, funcionará com mesas de voto na Sede, Palácio da Independência, em Lisboa, nas instalações das Delegações e ainda nos Núcleos existentes.

A.D.F.A., 30 de Abril de 1993.

A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL
Joaquim Francisco Couceiro Ferreira
(Presidente)

14 MAI 74

19º ANIVERSÁRIO DA



**Dizer presente é, respeitando
o passado, acreditar no futuro**

14 MAI 93



Solidariedade

Embora por razões bem distintas, a Direcção Central da ADFA enviou, neste período, expressando a sua solidariedade às suas congéneres e respectivos associados, as seguintes mensagens:

Associação Portuguesa de Insuficientes Renais-APIR

«A Associação dos Deficientes das Forças Armadas ao ter conhecimento do drama sucedido no Hospital Distrital de Évora apresenta o seu pesar a essa Associação, extensivo às famílias das vítimas.

A ADFA reafirma a sua total solidariedade nas acções que essa Associação vem desenvolvendo para a solução deste gravíssimo problema.

Promoverá a ADFA, aos vários níveis, esforços no sentido de manifestar a sua consternação, bem como a sua preocupação às entidades responsáveis, propondo-lhes que para além de assumirem a sua responsabilidade, desenvolvam todas as 'demarches' necessárias para que no futuro tal situação não se repita, provocando mais vítimas.»

Associação Portuguesa de Deficientes-APD

«A Direcção Central da Associação dos Deficientes das Forças Armadas-ADFA felicita todos aqueles que estão filiados nessa organização, a qual vem desenvolvendo todo um trabalho positivo em favor das pessoas com deficiência.

Estamos certos que se no passado foi tão importante,

a acção da APD, hoje revela-se quão decisiva é a existência da vossa organização na defesa dos direitos dos associados dessa Casa.

Ao comungar dos mesmos objectivos — «o direito a uma vida digna das pessoas com deficiência» —, a ADFA e a APD estão comprometidas a desenvolver, sem nunca cessar, todos os esforços no plano político-social, garantindo assim a única resposta mais viável para a procura de soluções justas que, no dia-a-dia, propomos à sociedade.

Apesar de os nossos direitos estarem consagrados em Lei, vivemos quotidianamente graves problemas de integração social, sendo que por isso continuamos a afirmar que uma das vias para ultrapassar esta situação é a participação genuína dos próprios deficientes e das suas organizações, pois cada vez mais se reconhece como imprescindível o papel das ONG's em todo o processo de reabilitação e integração das pessoas com deficiência, não podendo ignorar e chamando sempre a atenção para a grande responsabilidade que o Estado tem, em primeira instância, por forma a garantir os meios para a integração deste grupo social. Assim, a ADFA renova a sua solidariedade activa para com todas as pessoas deficientes.

A Direcção Central da ADFA quer também, nesta ocasião da passagem do 21.º aniversário da APD, cumprimentar os seus dirigentes nacionais e regionais, manifestando-lhes o apreço pelo empenhamento que têm dedicado no desenvolvimento de acções a favor dos direitos dos deficientes portugueses.»

de Estado da Defesa Nacional, tendo reunido com a Chefe de Gabinete daquele governante, dr.ª Zulmira Queiroz, os Presidentes, 2.º Secretário e Tesoureiro da Direcção Central.

General Tomé Pinto

Tendo os moncorvenses, a cuja intenção imediatamente aderiram inúmeras

entidades, decidido homenagear, a 4 de Abril, o general Tomé Pinto, seu conterrâneo, a ADFA não podia deixar de estar presente, através da Delegação de Bragança, a tão justo reconhecimento a um seu Amigo, tendo posteriormente recebido daquele ilustre militar um simpático cartão, de que respigamos, porque a todos nós diz respeito, a sua parte final:

«Mas, tenho que o confessor, fui surpreendido — diga-se muito agradavelmente — pela presença de uma representação dos nossos deficientes das Forças Armadas. A vossa presença, e as palavras que publicamente então me dirigiram, calaram fundo no meu coração e só os combatentes que todos nós fomos sabemos do valor da fraternidade humana.

Para todos vós o meu obrigado e o meu reconhecimento pela vossa presença. Bem hajam.

Um abraço muito amigo.

Tomé Pinto»

Cruz Vermelha Portuguesa

Tendo sido recentemente nomeado Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa, em substituição do c/almirante médico Gonzaga Ribeiro, o brigadeiro médico Carrilho Ribeiro, figura bem conhecida da ADFA e de muitos deficientes militares, especialmente os do Exército, dado os cargos desempenhados quer no HMP quer no Serviço de Saúde do Ramo, à respectiva cerimónia de tomada de posse, ocorrida a 6 de Abril p.p. e a que presidiu o Secretário de Estado da Defesa Nacional, esteve presente o Presidente da Direcção Central, que na ocasião apresentou ao empossado cumprimentos, desejando-lhe as maiores felicidades no seu novo «posto» e garantindo-lhe as melhores relações institucionais.

Dia do Combatente

Cumprindo-se uma tradição, e um dever, realizou-se na Batalha, no passado dia 7 de Abril, mais uma romagem nacional ao túmulo do Soldado Desconhecido, em cerimónia comemorativa do Dia do Combatente, a que presidiu o Ministro da Defesa Nacional, o qual se encontrava acompanhado por altas entidades civis, militares e religiosas, entre elas o Presidente da Liga dos Combatentes, instituição responsável por tal acto. Uma delegação da ADFA, com bandeira, chefiada pelo Presidente da Direcção Central, esteve também presente, tendo, no momen-

to próprio, depositado um ramo de flores na campa.

Dia Mundial da Saúde

Tendo a ADFA sido convidada para uma sessão solene comemorativa do Dia Mundial da Saúde, também em 7 de Abril, que teve a presidência do respectivo Ministro, à mesma esteve presente, em representação da Direcção Central, o seu Vice-Presidente.

10.º Encontro Nacional de Deficientes

Decorreu em Coimbra, em 17 e 18 de Abril, e com organização da UCNOD-União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes, o 10.º Encontro Nacional de Deficientes, tendo sido designada para representar a ADFA, a Delegação local da nossa Associação.

IEFP/SNR

Da responsabilidade conjunta do Instituto do Emprego e Formação Profissional e do Secretariado Nacional de Reabilitação, e tendo como temática fundamental a reabilitação entendida numa perspectiva globalizante, foi feita, no dia 28 de Abril, a apresentação pública do número 1 da revista «Integrar», em cerimónia presidida pelo Ministro do Emprego e da Segurança Social, tendo à mesma estado presente, em representação do Presidente da Direcção Central da ADFA, ausente no estrangeiro, o 1.º Secretário da DC.

FMAC

Decorreram em Taipé (Taiwan), de 27 a 30 de Abril, os trabalhos da 51.ª Reunião do Conselho Geral da FMAC, aos quais, dada a sua importância e o cargo de Presidente da CPAE que ocupa presentemente a nossa Associação, a ADFA fez deslocar uma delegação composta pelos Presidentes da Mesa da Assembleia Geral Nacional, Presidente e Vice-Presidente da Direcção Central e ainda pelo advogado da Sede.

ELO, porque à data da sua composição ainda não tinham regressado os elementos indicados, apenas em próximo número poderá informar sobre tal encontro, podendo adiantar, no entanto, que pela ADFA foram apresentados 2 projectos de resolução, um «Pelo diálogo» e outro sobre a «VI Conferência Internacional sobre a legislação de antigos combatentes e vítimas de guerra».

Informação aos sócios

INFORMAÇÃO AOS SÓCIOS

Legislação

—Imposto sobre viaturas

A ADFA teve conhecimento do Projecto do Decreto-Lei do Ministério das Finanças que, com base na autorização legislativa concedida pelas alíneas a), b) e c) do Art.º 35.º, da Lei 30-C/92 de 28 DEZ (OE), regulamentará as normas para aquisição de viaturas por pessoas deficientes com incapacidade igual ou superior a 60%.

Atentando, no entanto, na própria letra do citado documento, que refere, designadamente, que a harmonização dos regimes se deverá operar «sem prejuízo das regalias definidas no Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, para os deficientes das Forças Armadas», entendeu a Direcção Central que o citado Projecto não só se desvia do espírito do DL 43/76 como também da mesma Lei do Orçamento, pelo que, já recentemente, fez sentir a sua posição, de que não abdica, ao Ministério da Defesa Nacional, quer por Pa-

recer escrito quer em encontro oficial.

O sentimento da Associação nesta matéria, já amplamente divulgado pelo nosso jornal, encontra, uma vez mais, o melhor entendimento por parte do MDN, aguardando-se, assim, a maior flexibilidade e percepção da nossa filosofia por parte dos técnicos do Ministério das Finanças.

— Vários

Entre outros assuntos, e dossiers, já referidos no ELO, estão também agora na posse da Secretaria de Estado da Defesa Nacional, para análise, exposições sobre «participação de medicamentos aos reformados e seus familiares, incluindo DFA's», «Lar Militar e pagamento de internamento por grandes deficientes militares» e «pessoal disponível na função pública (DL 247/92 de 07 NOV) e deficientes militares».

Isenção de propinas

Têm surgido dúvidas, e muitas perguntas, sobre a questão da isenção de propinas prevista, até agora, não só no n.º 6 do Art.º 14.º do Decreto-Lei 43/76 (DFA's), como também já no Art.º 1.º do Decreto-Lei 358/70 (antigos combatentes condecorados/loouvados, deficientes militares e filhos) e que uma Lei do ano passado, 20/92 de 14AGO, vem pôr em causa.

Exposto o assunto pela Direcção Central, em primeiro lugar ao Ministério da Educação Nacional, e não tendo sido, pelos respectivos responsáveis, entendido o ponto de vista da Associação, foi, em Novembro último, levada a questão ao Ministério da Defesa Nacional, aguardando-se agora a sua perfeição clarificação.

Na realidade, as isenções de propinas concedidas pelos dois primeiros documentos citados, foram instituídas não com base em situações de carência económica, mas como um reconhecimento público da Nação aos militares que tenham servido a Pátria com distinção ou em situações de risco acima do vulgar e também por razões de rea-

bilitação e integração social.

Os fundamentos de isenção do Decreto-Lei 20/92-o montante dos rendimentos familiares-, são completamente diversos daqueles, não se sobrepondo as razões de ordem económica do reconhecimento da Nação àqueles que com maior dedicação A serviram.

Nem moral nem juridicamente é aceitável que a Nação negue este reconhecimento por razões puramente económicas (que, aliás, nem serão quantitativamente significativas)

Selo Automóvel

Informam-se os nossos leitores que o selo automóvel - "Imposto sobre veículos" - deverá ser pago, este ano, durante os meses de Junho e Julho.

Contrariamente ao que tem sido norma até agora, a compra do selo normal poderá ser efectuada em qualquer Tesouraria Pública, independentemente da residência do proprietário do carro.

No entanto, para os selos isentos, caso dos deficientes com 60%, ou mais, de desvalorização, a aquisição continua, obrigatoriamente, a ser feita na área da morada oficial.

ELO, em Maio, prestará informações mais detalhadas sobre este assunto.



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 346 21 67/8/9 — Fax 342 83 36

Composto, revisto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 11 000 exemplares

DIRECTOR: Patuleia Mendes

Os textos assinados não reproduzem, necessariamente, as posições da ADFA ou da Redacção do ELO, sendo da exclusiva responsabilidade dos seus autores

Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em situação legal e vendido por assinatura a não sócios ao preço anual (11 números) de 1100\$00

Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos são acrescidos dos respectivos «portes», a saber:

Europa: 1800\$00
Fora da Europa: 2100\$00
(Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe: 1300\$00)

ADFA comemora o 19.º aniversário

Conforme talvez tenha sido desejo e imaginação de todos nós, ainda não é este ano que comemoraremos, em plenitude, o nosso aniversário na nova Sede.

Na realidade, as obras encontram-se praticamente concluídas. No entanto, da prática ao efectivamente vai um passo muito curto que se tornou suficientemente grande para permitir a inauguração, com a dignidade e funcionalidade que tornasse possível realizar já, naquele novo e nosso espaço, a totalidade das comemorações.

Entendemos assim, e então com o edifício na sua última fase de acabamentos, viver o 14 de Maio de uma forma entrelaçada que constitua, dentro da mudança e transferência, um adeus ao Palácio da Independência e o perspectivar de um futuro tão diferente, para melhor, que nos proporcionará a Casa a inaugurar.

O 19.º aniversário deverá tornar-se, portanto, num acto de profundo significado associativo, na ocasião em que se irá virar, bem prestes, uma página de particular relevância para a nossa Associação.

ELO apela à participação e presença empenhadas dos sócios e reitera a chamada já lançada a Delegações e Núcleos, para que a força do presente, respeitando o passado, seja forma de acreditar no futuro!

PROGRAMA

14 de Maio-19.30 h — jantar convívio na Sede (velha...) (*);

15 de Maio-10.00 h — visita à nova Sede; -15.00 h — colóquio, no Salão Nobre do Palácio da Independência, subordinado ao tema «Barreiras culturais da integração».

(* As inscrições deverão ser feitas na Sede (DASC ou Secretaria), até às 18 horas do dia 12 de Maio, sendo de 1500\$00 o preço por pessoa.

N.R.: Embora a tal se refira, mais detalhadamente, o espaço «Delegações» deste ELO, recordemos os outros convívios também previstos para esta celebração — 21 de Maio — jantar da Delegação de Viseu, em Tondela; 23 de Maio — almoço da Delegação de Vila Nova de Famalicão, em Barcelos; 6 de Junho — almoço da Delegação de Bragança, em Alfândega da Fé.

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL ELEITORAL ORDINÁRIA

Para melhor informação dos sócios, recordam-se alguns dos artigos quer dos Estatutos da ADSA quer do respectivo Regulamento Eleitoral.

● Estatutos

(...)

Assembleia Geral Nacional Artigo 24.º

1. A Assembleia Geral Nacional (AGN) é constituída por todos os sócios que se encontrem no pleno gozo dos seus direitos (...)

Artigo 28.º

A Assembleia Geral Nacional para fins eleitorais reunirá ordinariamente de dois em dois anos, até 31 de Julho, para exercer as atribuições previstas no artigo seguinte.

Artigo 29.º

1. Para fins eleitorais, a AGN funcionará em Assembleias Gerais de Delegação (AGD) simultâneas.
2. As Assembleias Gerais de Delegação para fins eleitorais poderão funcionar com mesas de votos nos Núcleos existentes (...).

● Regulamento Eleitoral

Generalidades

(...)

Artigo 4.º — Só podem eleger, ser eleitos, candidatar-se ou subscrever listas de candidatos os sócios no pleno gozo dos seus direitos à data em que ocorrer o respectivo acto de eleição ou de candidatura (...).

Artigo 7.º — Para o acto eleitoral serão formadas Comissões Eleitorais constituídas por:

a) para os Órgãos Sociais Centrais, a Mesa da Assembleia Geral Nacional Eleitoral e um representante de cada uma das listas de candidatos consideradas;

b) para os Órgãos Sociais Locais, a Mesa da Assembleia Geral da Delegação Eleitoral e um representante de cada uma das listas de candidatos considerados pela mesma;

Artigo 8.º — As Comissões Eleitorais referidas no Artigo anterior iniciarão as suas funções cinco dias após a data limite da apresentação das listas de candidatos.

Artigo 9.º — São competências das Comissões Eleitorais:

a) dirigir todo o processo administrativo das eleições;
b) assegurar iguais oportunidades e direitos a todas as listas concorrentes;

c) dar toda a publicidade ao Acto Eleitoral;

d) fiscalizar o Acto Eleitoral por forma a que ele se proces-

se de acordo com os Estatutos da A.D.F.A. e o presente Regulamento Eleitoral.

e) proceder ao apuramento dos resultados.

Apresentação de Listas

(...)

Artigo 10.º — 1. A apresentação de candidaturas consiste na entrega de listas conjuntas, que conterão obrigatoriamente todos os candidatos aos quatro Órgãos Sociais, quer se trate dos Órgãos Sociais Centrais (D.C. M.A.G.N., C.F.C., C.N.) ou Locais (M.A.G.D., D.D., C.F.D., C.N.) e far-se-á:

a) para os Órgãos Sociais Centrais, à Mesa da Assembleia Geral Nacional;

b) para os Órgãos Sociais Locais, à Mesa da Assembleia Geral de Delegação.

2. As listas de candidaturas referidas na alínea b) serão, após a sua recepção, enviadas à M.A.G.N. (...).

Artigo 12.º — A apresentação de listas estabelecidas nos artigos anteriores deverá ser feita até 25 (vinte e cinco) dias antes do acto eleitoral, acompanhadas pelos respectivos programas de acção, devendo os programas das listas para os Órgãos Sociais Centrais ser obrigatoriamente divulgados.

Artigo 13.º — Findo o prazo de entrega das listas, deverão as Mesas das Assembleias Gerais Eleitorais proceder à fixação das mesmas em lugar próprio na Sede, Delegações e Núcleos existentes, acompanhadas dos respectivos programas de acção.

Artigo 14.º — 1. As listas de candidaturas poderão ser apresentadas pelos Órgãos Sociais cessantes ou por quaisquer grupos de sócios, acompanhadas por um termo individual ou colectivo de aceitação de candidatura.

2. O termo de aceitação de candidatura constará de uma declaração assinada pelo candidato ou candidatos e respectivo número de sócio.

3. A apresentação de listas de candidatos deverá ser acompanhada pela identificação dos candidatos, da qual constará o número de sócio, nome completo, idade e residência.

Artigo 15.º — As listas de candidatos apresentadas pelos Órgãos Sociais cessantes serão denominadas por Lista A e as listas apresentadas por outros grupos de sócios serão denominadas pela ordem seguinte do alfabeto e segundo a ordem de entrada.

No ELO de Maio mais informações serão prestadas, conjuntamente com a apresentação das listas concorrentes e respectivos programas eleitorais.

ENTREGA DE LISTAS

Nos termos do Art.º 12.º do Regulamento Eleitoral, acima transcrito, e pelas contas da Redacção do «ELO», a data limite para entrega das listas candidatas, e respectivos programas eleitorais, deverá ser o dia 1 de Junho, 3.ª-feira.

EDITORIAL

A vida das sociedades e organizações compõe-se de ciclos que, não fechados sobre si próprios, se interligam, o que lhes permite maior dinâmica e evolução, se cada novo elo é mais dilatado e abrangente ou, estagnação e retrocesso, se convergem e se afunilam em laço estrangulador.

A ADFA vive, neste momento, uma envolvimento que aponta, muito clara e objectivamente, para uma série de mudanças de ciclos, ou melhor, por quase coincidentes temporalmente, para uma viragem rumo a novo grande ciclo. Atente-se:

— tem sido por mais evidente, quer pela adesão consciente a actividades associativas quer pelo manifesto desejo de intervir, a grande vontade de participação dos nossos associados, profundamente imbuidos do espírito de serem agentes activos da mudança, querendo rever-se nos caminhos renovados que a ADFA deverá, inevitavelmente, trilhar para manter e reforçar o seu papel referencial na sociedade portuguesa e internacional;

— o processo eleitoral, ora iniciado, que culminará, após a apresentação das listas concorrentes, a nível nacional e regional, com a plebiscitada escolha daqueles a quem os sócios eleitores, necessariamente bem informados e motivados para o acto, concederão mandato para dirigir a ADFA, deverá proporcionar um rejuvenescimento e reforço da tradição, embora renovação, da vivência, seguramente dignidade, e do sonho, sempre realista, desta jovem, mas responsável, Casa comum;

— a mudança física da Sede da ADFA deverá, incondicionalmente, corresponder a uma transformação espiritual de todos nós. É seguro que criou raízes e sedentarização a permanência, durante 19 anos, no Palácio da Independência, onde fizemos nascer a Associação e percorremos já tão vastos, ainda que por vezes bem tortuosos caminhos, os quais nos granjearam reconhecimento e nos permitiram uma intervenção activa em todas as áreas que à reabilitação e à integração dizem respeito. A realidade de hoje não se compadece com o saudosismo, e quase 20 anos aqui passados apresentam-nos horizontes e necessidades que urge enfrentar de um modo sadio, funcional e seguro, ocasião ímpar para que ao arejar de novas ideias se alie a transferência para um novo espaço que, em termos de eficácia, nos permita prosseguir o trabalho e seja elemento congregador para quantos à ADFA confiam a certeza da esperança no futuro;

— em salutar simultaneidade, decorre, e evolui para o seu final, o processo de revisão estatutária. Os sempre novos desafios, o avançar na idade, o agravamento das sequelas físicas e psicológicas e as mutações sociais, requerem uma adequação ao que somos, do conjunto de objectivos, orgânica e regulamentos que orientará as linhas de rumo da nossa Associação. A análise e debate dos futuros Estatutos, se bem que protelada no tempo, permitiu uma paulatina, mas cada vez maior, aderência de intervenientes que, com toda a segurança, irá ocasionar, com a continuidade da reflexão que se adivinha, a produção de consensos originadores de um documento da maior valia no porvir, garantia de que nele todos nos reveremos.

Não há evolução sem participação, transformação ser interveniência, futuro sem militância: que seja demonstração de tais verdades a presença activa e o interesse manifesto dos associados no 19.º aniversário, no processo eleitoral, na fruição integral do novo espaço que constitui a nova Sede e no empenhamento para a concretização da revisão estatutária.

A Direcção Central



COLABORANDO E PARTICIPANDO ENGRANDECES A ADFA E PERSPECTIVAS O TEU FUTURO!

ADFA participou...

...no 25 de Abril... do Entroncamento

A convite da Câmara local, a ADFA esteve presente nas comemorações do 25 de Abril levadas a efeito na cidade do Entroncamento, às quais compareceram, além das autárquicas e de muita população, entidades civis e militares da região.

Iniciados os actos com o hastear das bandeiras nacional e municipal, seguiu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho uma sessão solene com intervenção dos partidos políticos com assento na Assembleia Municipal e dos Presidentes da Junta da Freguesia e da Câmara.

Foi depois inaugurada uma exposição integrada evocativa da efeméride, composta por fotografias cedidas pela ADFA e desenhos elaborados por alunos do ensino básico das várias escolas do Concelho, momento em que o 1.º Secretário da Direcção Central, em representação desta, usou da palavra para referenciar o que o 25 de Abril nos ce- deu em termos de liberdade, do direito de associação que nos permitiu o reconhecimento e a participação activa no processo de integração social dos deficientes militares, afirmando, em especial aos jovens presentes, a realidade da guerra colonial que durou 13 anos, envolveu para cima de 800 mil homens, afectou centenas de milhares de famílias, provocou perto de 10 mil mortos e causou deficiências a cerca de 30 mil combatentes, sem contar com as inerentes afecções psíquicas, verdades que o ensino e a própria Comunicação Social teimam em ignorar, quando não esconder e escamotear.

No final das cerimónias, o representante da ADFA foi ouvido, em entrevista, para a rádio «Voz do En-

troncamento», de larga audiência e expansão na região centro do país.



...e das escolas

É usual, na altura do 25 de Abril, o Departamento de Assuntos Socio-Culturais (DASC), da Sede, ser contactado por escolas para aí se deslocar, realizar colóquios e exposições sobre temática relativa à guerra colonial, ao 25 de Abril, à ADFA e à reabilitação.

Assim, este ano, realizaram-se encontros, no dia 21 na Escola C+S de Ouressa, Mem Martins, Sintra, com a presença dos sócios Jorge Maurício e Lopes Dias, e no dia 29 na Escola C+S da Quinta da Piedade, Póvoa de Santa Iria, com a participação também do primeiro.

Depois da apresentação dos temas, e dos nossos oradores terem exposto e explicado o que foram e o que significaram tais época históricas, e a realidade que se lhes seguiu, assistiu-se a vivos períodos de perguntas e respostas em que os estudantes, cerca de 80 no primeiro estabelecimento e de 100 no segundo, demonstraram grande interesse pelos assuntos abordados, sentindo-se, não só por parte deles como também de alguns professores, satisfação e mesmo agradecimento pelos esclarecimentos que lhes foram transmitidos.

Como nota, é de salientar que, mais uma vez, foi bem visível o quase total desconhecimento que os nossos jovens têm sobre a guerra colonial e as suas consequências.

gração e participação social antes do 25 de Abril, a criação da ADFA, a sua luta e implantação, a legislação específica, a força e dinâmica da organização que tem garantido ao longo da sua existência a dignidade dos seus associados e famílias.

Suspensas «Noites de África» por alteração de programação da Rádio Press, espera-se ver, a breve trecho, Jorge Ribeiro retomar esta tão útil iniciativa, que cremos contribuir para a necessária e urgente eli-

minação dos tabus que rodeiam ainda o período da guerra colonial, com efeito de catarse para a sociedade portuguesa, fase imprescindível para o reconhecimento do esforço daqueles que, durante 13 anos, serviram em Angola, Guiné e Moçambique. E estamos certos de estar aqui a bem interpretar o desejo de mais de 800 mil homens, de 30 mil feridos e doentes, já que a quase 10 mil foi retirado, abruptamente, o direito de se exprimir.



...no «Grupo de diálogo»/SNR

Reuniu-se, no passado dia 26 de Abril, nas instalações do Secretariado Nacional de Reabilitação, o «Grupo de diálogo», que integra as ONG's — Organizações Não Governamentais, para apreciação de dois temas, oportunamente distribuídos para estudo e análise. Realça-se, do Ponto prévio, para informações gerais, o voto de solidariedade dirigido pelo Secretário Nacional Adjunto, dr. António Barroso, que presidiu à reunião, a todas as vítimas, e/ou seus familiares, do processo de hemodiálise de Évora, endereçando-o, na altura, ao Presidente da APIR — Associação Portuguesa de Insuficientes Renais, voto esse efusivamente reiterado por todas as associações presentes, esperando-se o resultado rápido dos inquéritos em curso e o apuramento de responsabilidades. A ADFA, ainda neste Ponto, levantou o problema da regulamentação das normas para aquisição de viaturas por deficientes, o pagamento de propinas por estudantes portadores de deficiência e seus familiares, tendo

anunciado, por outro lado, que, integrado nas celebrações do seu 19.º aniversário, se realizaria um colóquio subordinado ao tema «Barreiras culturais da integração», no próximo dia 15 de Maio, para o qual foram convidadas todas as organizações pertencentes ao Grupo.

Entrando-se no primeiro tema da Ordem de Trabalhos, «Criação de comissões especializadas», foi entendido, reconhecendo-se o valor do trabalho desenvolvido anteriormente por tais grupos, necessário constituir-se, para já, três comissões, a saber, educação, saúde e acção social, cuja composição e funcionamento serão objecto de debate em próxima reunião.

No último Ponto, «Financiamento, por parte do SNR, das ONG's dedicadas à área da reabilitação», foi auscultado, pelo Secretariado, o sentir dos presentes sobre tal matéria, na base de critérios que, sempre subjectivos, possam contribuir para uma mais justa distribuição das verbas públicas postas à disposição para apoiar o funcionamento das várias organizações e instituições.



...nas «Noites de África»

Encerrando um ciclo de nove programas, a ADFA participou, em directo, na Rádio Press, em «Noites de África», espaço radiofónico da responsabilidade de Jorge Ribeiro, que, nas últimas noites de 2.ªs para 3.ªs-feiras, das 0 à 1 hora, tratou, sob diversas vertentes, a guerra colonial.

Depois de temas como a visão da guerra nas perspectivas do ensino, por professores de História, dos militares, por oficiais do quadro, da literatura, por es-

critores, entre outros, foi a vez de a ADFA, na madrugada de 27, pela voz das Direcções Central e da Delegação do Povo, analisar a questão sob o ponto de vista dos deficientes militares.

Em diálogo animado entre os três participantes — Jorge Ribeiro, Patuleia Mendes e Rodrigues Teixeira —, e com intervenção da audiência, abordaram-se ângulos tão vastos, mas confluentes tanto na sua génese como no seu objectivo, como a envolvência dos deficientes das Forças Armadas na consciência do seu direito à reabilitação, inte-

Tabela de publicidade

Do mesmo modo, foi também alterada a tabela de publicidade no ELO, a qual passa a ser a seguinte:

1 página	80 000\$00
1/2 pág.	46 000\$00
1/4 pág.	26 000\$00
1/6 pág.	16 500\$00

Outros tamanhos poderão, eventualmente, ser considerados.

Contratos a longo prazo (mínimo 6 meses/ano), poderão ser negociados.

Todos os anúncios estão sujeitos a IVA à taxa de 16%.

Pequenos anúncios de sócios e de trabalhadores deverão ser entregues, para análise caso a caso, à Direcção do jornal, até ao dia 15 do mês em que se pretende a publicação.

Dia 15 de Maio na ADFA

Discussão em colóquio das barreiras culturais da integração dos deficientes

A solidariedade pode não passar do intervalo da tragédia antiga para a farsa moderna da integração, na evolução natural da concepção dos deficientes como um desvio fatal e irremediável da normalidade.

A questão das atitudes individual e socialmente manifestadas face às pessoas com deficiências notórias ou visíveis é tão antiga como actual. Esses comportamentos têm uma história que falta contar. No momento, têm uma acuidade em que urge atentar.

Na caracterização dos diferentes períodos culturais da história da humanidade há lugar para um traço indelével — a maneira de encarar os deficientes. Não se trata de desejo irrealizável, tanto mais que os estudos históricos tendem agora a privilegiar os actos do quotidiano e da vida privada.

As fontes, se não abundam, também não são totalmente inexistentes. Há os documentos, a literatura, que sempre foi capaz de reflectir mundividências reais, e a própria herança cultural transmitida através das gerações contém testemunhos preciosos que convém referenciar.

Discriminações e interditos actuais são, simultaneamente, sucedâneos lógicos de comportamentos passados e produtos de contextos actuais. Senti-los, compreendê-los e corrigi-los é função de organizações como a ADFA. Na verdade, começámos por senti-los, o que tornou desde logo possível, através de uma sábia intuição, o equacionamento correcto do fenómeno da rejeição e o estabelecimento de estratégias para o combater. Mas é necessário explicitar o que é do domínio da intuição, que é até transubjectivo, e que deve assomar à discussão pública, que deve instalar-se nas preocupações colectivas.

O colóquio que a ADFA agora promove, o primeiro deste género, pretende constituir um contributo para o necessário debate público sobre a inacessibilidade das pessoas com deficiências profundas à possível fruição da vida, à desejável realização pessoal. Por isso ele é aberto às partes mais interessadas — desde as organizações de deficientes, passando pelas estruturas oficiais de reabilitação, até à imprensa. Esta última, fazedora de opinião em tantos domínios, tem sido, por omissão, reprodutora de mentalidades que não devem ser deste tempo e que são o impedimento maior da afirmação das muitas capacidades que sempre restam às pessoas com deficiências, a destruição de vontades e alegrias de viver que sempre renascem.

A linha dos comportamentos face aos deficientes pode ser traçada. E nela se poderão localizar as «barreiras culturais da integração» — o tema do colóquio escolhido. Poderemos também procurar compreender a razão de ser dessas barreiras: o necessário papel que as grandes deficiências físicas e mentais sempre desempenharam no imaginário colectivo; a função do drama dos deficientes profundos na grande tragédia da vida. E mais habilitados ficaremos a entender a actual conjugação de factores determinantes de rumos contrários aos nossos anseios.

Os deficientes, inspiradores do horror pagão e da piedade cristã — ingredientes catárticos da tragédia antiga —, parecem ser, por fatalidade, um desvio necessário à normalidade, onde a solidariedade, de inspiração social, não passará de breve transição para a farsa actual da integração, representada no palco do tabu por detrás do pano da repugnância.

Não pretendemos antecipar-nos às conclusões do colóquio, que poderá até nem ser conclusivo, mas terá certamente o mérito de ser mais um passo dos muitos que há para dar neste rumo dos interditos.

A participação é aberta a todos os presentes, desde os convidados aos sócios que possam comparecer. Dos sócios espera-se a sua presença e um contributo muito especial e precioso, através da manifestação, espontânea e informal, do seu profundo sentir e da sua rica experiência neste domínio.

António J. Lavouras Lopes
sócio n.º 2

SÓCIOS FALECIDOS

MIGUEL MENDES LAGAREIRO, sócio n.º 4217, natural de S. Marcos do Campo, Distrito de Évora, e residente no Barreiro, faleceu no passado dia 25 de Dezembro de 1992.

Deficiente com 67% de desvalorização, sofreu o

seu acidente em Angola, ficando paralisado da mão esquerda.

MARIA DE JESUS ROSA, sócia n.º 12552, pensionista de preço de sangue, residente na Amadora, faleceu no passado dia 17 de Março de 1993.

Aos familiares e amigos destes nossos sócios apresentamos as nossas mais sentidas condolências.

GRÂNDOLA, VILA MORENA...

Dezanove anos depois lembrámos a reconquista da liberdade pelo povo português naquela madrugada de 25 de Abril e o subsequente ressurgimento do direito de associação, o que nos permitiu, vinte dias não eram passados, criar a ADFA.

Puxando à memória de nossos dias o então chamado «movimento dos capitães», fez-nos companhia, como convidado especial, o major Marques Júnior que, como símbolo do mesmo tem sido tantas vezes encarado, não só por ter sido, então tenente, o mais jovem do grupo, como também pela sua assumida carreira política.

Num jantar que se quis de convívio e reflexão, perto de uma centena de sócios, com destaque para a presença dos Presidentes das Delegações de Castelo Branco, Faro, Porto e Viseu, viveram-se momentos de alta intensidade associativa, na sua vertente interna e na relação com a comunidade, factos evidenciados em todas as intervenções produzidas.

Evocada, em coro, a canção-senha que fez despoletar a acção militar, o 1.º secretário da Direcção Central, após saudar os presentes, recordou que foi o programa do MFA que permitiu a criação da ADFA, pelo que 25 de Abril e 14 de Maio estariam sempre interligados, tanto mais que em grande parte também o esforço e o sacrifício dos deficientes contribuíra para o movimento, através da sua consciencialização, e para a mudança do regime, assim como se o MFA alterara a situação política, a ADFA alterara mentalidades sociais em termos de

reabilitação e de integração.

Marques Júnior, declarando a sua satisfação em estar numa Casa que considerava também como sua, realçou, ao falar na génese e razão do 25 de Abril, que ele não fora mais do que o resultado, no fundo simples em ser executado, pela imediata adesão e ratificação de todo um povo, de uma consciencialização de militares por outros militares, com destaque para o papel fundamental da luta já travada pelos deficientes, como também do descobrir/assumir do que era, na altura, ser português e viver em Portugal.

Recordando as vitórias e as alegrias, mas também os fracassos e os erros, grande parte destes tão compreensíveis porque, ganha a liberdade, muitos se convenceram que tudo se conquistava e garantia num dia, alertou para a necessidade de se continuar a lutar e de se não adormecer, porque muito há ainda para resolver, cabendo à ADFA a importância capital de mostrar, permanentemente, que a guerra existiu, que os deficientes militares existem e que tudo não é uma coisa tão longínqua que se possa facilmente esquecer, muito menos para bem de algumas consciências. Lembrando, a propósito, uma sua visita, quando em viagem parlamentar à Alemanha, ao Hospital Militar de Hamburgo, onde, por alegadas razões económicas, numa enfermaria (dos portugueses) poderiam/deveriam estar 6 internados estavam apenas 3 — questão que levantaria, sem sucesso, na

Assembleia da República e junto do Estado-Maior do Exército —, perguntou-se ainda como era possível conceber que se falasse no dia 25 de Abril sem lembrar os deficientes militares, os primeiros da sua linha?

«Como militar de Abril quero agradecer-vos a vós o nos terem dado, efectivamente, a liberdade, com a vossa luta, o vosso sacrifício, o vosso sangue...»

Depois de o 1.º Secretário da DC ter referido uma mensagem do Presidente da MAGN, e sócio n.º 1, Couceiro Ferreira, lamentando não poder estar presente e solidarizando-se com os presentes neste convívio-reflexão, usou da palavra o associado Calvino, que, em primeiro lugar, recordou dois grandes amigos da ADFA já falecidos, Ramiro Correia e Zeca Afonso.

Referindo o facto, por vezes esquecido, que a ADFA, o seu espírito de reivindicação e de luta, havia nascido muito antes do 25 de Abril, estando mesmo também na génese deste, como acção apoiante do MFA, disse, desenvolvendo uma ideia de metáforas e duplos significados: «*Eu sempre sonhei uma ADFA como um rio bonito, sem margens, sem barragens, sem foz, capaz de pegar em todos nós e levar-nos ao infinito.*»

Pântanos de caridadezinhas, espólios de guerra, corpos e memórias esquecidas, vulcão de raiva e cansaço, montanhas de pedra e gelo, vontades tornadas torrentes, torrentes tornadas rio, rio tumultuoso, margens e barragens... barragens!

«*Temos alguns especialistas de minas e armadilhas, vamos estar atentos e mobilizados para evitar qualquer tentativa de obstrução da corrente do nosso rio, que se quer pungente de*

Amor, Dinâmica, Força, Acção

Antes de ler uma mensagem do sócio Abel Fortuna, que por motivos de saúde não pôde comparecer, o Presidente da Delegação do Porto, Teixeira, evidenciou a necessidade, e o dever, de se esclarecerem as novas gerações não só sobre o 25 de Abril como também sobre a guerra colonial, pois são factos que não podem ser esquecidos.

Encerrando as intervenções «oficiais» previstas, o Presidente da Direcção Central saudou Marques Júnior e também os sócios

fundadores da ADFA presentes, afirmando depois que compete a todos impedir que se construam barragens a impedir o correr do rio, todos os mesmos que, nas picadas, no mato, nos quartéis, nas enfermarias e nos hospitais tinham criado o espírito de uma ADFA que com o 25 de Abril sairia para a rua, ADFA que sendo elemento vivo e activo da sociedade, se haveria de afirmar tanto a nível nacional como internacional. E será essa experiência, os contactos com outros membros da FMAC, que mais reforçarão a certeza que há sempre que lutar para conseguir e não perder direitos e dignidade.

Abertos, depois, os microfones a eventuais oradores, Armino Roque lembrou os que conosco andaram na mata, os nossos «inimigos», membros hoje de uma União de Antigos Combatentes de que a AD-

FA também faz parte, e que, pela sua luta de muitos anos, foram dos principais contribuintes para que Portugal conseguisse a sua própria liberdade, enquanto que o Presidente da Delegação de Faro, Rufino, pediria um minuto de silêncio por Salgueiro Maia e pelos sócios falecidos, antes de enaltecer a acção de Marques Júnior na Assembleia da República em prol dos direitos dos deficientes militares.

Na altura do corte do bolo comemorativo, foi, pelo Presidente da DC entregue ao nosso convidado a medalha da I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, acontecimento a que, aliás, Marques Júnior esteve presente.

N.R.: ELO agradece ao «Expresso», e ao jornalista António Pedro Ferreira, a cedência de fotos do jantar, já que os nossos rolos se extraviaram.



AS GUERRAS, E OUTRAS COISAS MAIS, NÃO SÃO PARA ESQUECER

A preencher este espaço, neste número, um artigo, «pequeno apontamento» como lhe chama o autor, que o dr. José Manuel Lages nos enviou, e a quem agradecemos. Mas não só por este escrito, como também, e muito especialmente, recordamos (ELO/DEZ/92), pela magnífica exposição que organizou em Vila Nova de Famalicão, coordenando o trabalho dos alunos do Externato Infante D. Henrique, fruto de dois anos de investigação documental e pesquisa humana e social, com razão em...

«A guerra colonial foi e será um dos temas tabu de um período da nossa História não oficialmente contado... e que, por razões várias, nunca é abordado aos nossos alunos.

A partir desta situação julguei pertinente lançar os alunos de Antropologia Cultural à procura da História. Muitos deles são filhos de ex-combatentes que viveram e conheceram situações particulares de verdadeiro drama, sem descorinarem com clareza as razões deste corredor cinzento da nossa História». (do intróito do catálogo da exposição).

E já agora, e aqui, desejamos perguntar ao dr. Lages, em ar de «imperioso» incentivo, para quando, quer em termos de material quer em território abrangido,

do, mais vasto e alargado trabalho? Aguardamos, aguarda/necessita o país, prontamente!...

Guerra colonial — uma guerra por contar...

A guerra é um fenómeno que nos «chega» diariamente a casa com a forma de notícia fornecida pelos órgãos da Comunicação Social. Não há telejornal ou mesmo jornal diário que não destaque uma «nova guerra».

O nosso país lamenta este contexto mundial, como se nunca tivéssemos vivido uma guerra, ou mesmo, não estivéssemos a viver as consequências de uma guerra recente: a guerra colonial.

Podemos recuar ligeiramente no tempo e enquadrar numa primeira barreira os muitos ex-combatentes, ainda hoje silenciosos e silenciados, vivendo cheios de recordações e traumas... que não partilham com ninguém, revivendo aqui e ali com saudade alguns momentos de magia das noites africanas e do seu sabor tropical...

É muito difícil vê-los remexer nas recordações... na maioria das vezes, são do-

lorosas, pois aparece sempre uma fotografia que recorda um momento que

precedeu algo que os marca muito: uma emboscada, feridos, mortos...

É esta a realidade esquecida e, ainda mais grave, ignorada aos nossos jovens.

Quantos dos nossos jovens conhecem o número de mortos que custou a guerra colonial?

E os deficientes? Esse grupo silencioso, permanentemente solidário e vigilante, que «dia-a-dia» luta por ser (no possível) um ser normal enquadrado numa sociedade que os ignora e em muitos casos os incompreende...

É uma realidade nua e cruel. São as consequências da guerra mais recente que tivemos e que a maioria dos jovens ignora ou julga não ter tido a importância ou o impacto das guerras de que ouve falar diariamente nos «mass media».

Verifica-se, ultimamente, um movimento de consciencialização da realidade vivida e existente. Começam a aparecer trabalhos sobre este tema que têm merecido a colaboração de alguns jovens estudantes. O objectivo é dar a conhecer, mais profundamente, uma época da nossa História que geralmente é desconhecida

(?) de todos. Com estes pequenos trabalhos pretende-se tornar públicos aspectos e realidades até agora escondidas.

A curiosidade cresce. As pessoas acorrem de todo o País sempre que se proporcione discutir o assunto.

Os filhos dos antigos combatentes são os que manifestam mais interesse: querem saber! Querem aprofundar! Querem enquadrar esta época marcante da nossa História com a dignidade que merece

Creio que «os velhos baús» da guerra se começam a abrir... e que haverá muito que contar a este país que teimou em adormecer uma realidade que vive com todos.

José Manuel Lages

NR: Aos nossos leitores

O desafio foi-vos lançado, as portas estão abertas, já não há o receio de se ser o primeiro! A dignidade dos ex-combatentes também está, também se defende, através do reviver de experiências que julgamos, julgávamos, só nossas e que, por isso, não ousávamos «libertar», libertandonos.

ESCREVER, NESTE CASO, É TAMBÉM UMA FORMA DE SOLIDARIEDADE!

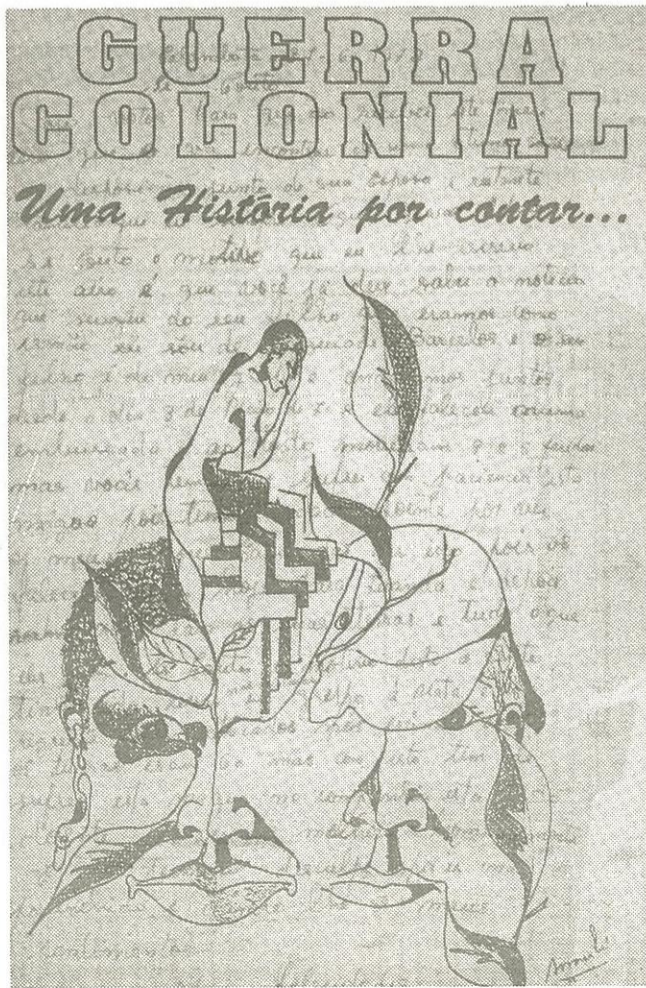


Foto ANTÓNIO PEDRO FERREIRA

O empenhamento individual é sinal de vitalidade colectiva

REVISÃO ESTATUTÁRIA — Grupo de sócios apresenta novo projecto

Resultado do encontro havido na Sede no dia 13 de Fevereiro p.p., com base não só nos projectos já apresentados — e que ELO publicou em Outubro do ano transacto — como também em posterior reflexão associativa, tendo ainda em vista a reunião que se realizaria proximamente na Delegação do Porto, quatro sócios da área de Lisboa, todos já com vasto currículo associativo, entenderam elaborar, como sua participação para o processo, um documento que pretende juntar elementos novos e pontes de conciliação aos trabalhos existentes, sem o intuito de a estes se sobrepor, no desejo de, tão-só, incentivar a análise e a discussão dos que virão a ser os novos Estatutos da nossa Casa.

Seria, aliás, este mesmo documento o mais forte tema para debate no encontro de 17 de Abril, no Porto, entre os cerca de 30 associados, da Sede e das Delegações anfitriã e de Vila Nova de Famalicão, que o consideraram um valioso contributo para a prossecução da revisão estatutária em curso. No final, a MAGN, órgão dinamizador do processo, assumiu, como fase seguinte, a reunião de um grupo de sócios que sintetize a súmula dos trabalhos até agora apresentados, já em devido articulado, para que, tão rapidamente quanto a prudência e a necessidade indiquem, seja convocada a Assembleia Geral Nacional Extraordinária para a respectiva análise, discussão e eventual aprovação.

Passamos, seguidamente, tal como o fizemos para os outros documentos, a transcrever na íntegra o texto agora surgido.

PROJECTO C

Elementos para a revisão estatutária

Metodologia

Manteve-se nesta proposta a estrutura básica da Associação, geradora de uma prática associativa que deve ser entendida como um valor patrimonial.

Procurou tornar-se mais explícitos os princípios basilares da Associação, bem como os objectivos a atingir, de molde a afirmar mais claramente a sua identidade e evitar desvios na sua conduta.

Pretenderam-se criar os meios necessários a uma maior envolvimento e co-res-

ponsabilização dos sócios na orientação da Associação e na prática corrente, valorizando as diferentes perspectivas associativas.

Procurou-se dotar os diferentes órgãos de maior operacionalidade e, sobretudo, garantir uma articulação mais produtiva.

I. Dos Princípios

O articulado deverá reflectir os princípios e objectivos a seguir explicitados:

1. Os deficientes das Forças Armadas são duplamente credores da Nação — por se terem deficientado quando a serviam pelas armas e por, subsequentemente, terem empreendido a sua própria integração social.

1.1. A ADFA deverá procurar obter a expressão pública desse reconhecimento.

2. A qualidade de vida dos Deficientes das Forças Armadas deve ser preservada, não obstante as dificuldades inerentes à deficiência se avolumarem com a idade.

2.1. A ADFA deverá procurar obter as condições que evitem a temida degradação da qualidade de vida, nomeadamente nos domínios da assistência médica e social, da adaptação e manutenção de próteses e outras ajudas, do recolhimento em lares e utilização de espaços de lazer e convívio, entre outros.

3. A acção da ADFA decorre da necessidade de eliminar as barreiras sociais da integração dos deficientes, estando a coerência dos seus princípios acima das conjunturas políticas.

3.1. A Associação deverá tornar publicamente conhecido este seu posicionamento e tentar que o mesmo seja aceite e respeitado pelos poderes instituídos.

4. A ADFA é um agente da mudança dos comportamentos sociais face aos deficientes.

4.1. A Associação deverá desenvolver uma acção pedagógica junto da opinião pública, no sentido de criar nesta a imagem correcta da pessoa deficiente, com as suas dificuldades próprias, potencialidades e aspirações.

5. A integração dos deficientes só é possível através da criação de estruturas nacionais de reabilitação e não apenas através da expressão da boa vontade dos poderes públicos ou quaisquer outras entidades.

5.1. A ADFA deve pugnar pela criação dessas estruturas e exigir, participativamente, o seu pleno funcionamento.

6. A ADFA é solidária com todos os deficientes portugueses.

6.1. A Associação deverá procurar materializar essa solidariedade através de formas efectivas de cooperação, especialmente com outras organizações de deficientes.

7. A ADFA é solidária com os deficientes dos PALOP, quer da guerra colonial quer das guerras subsequentes.

7.1. A Associação deverá mobilizar os meios ao seu alcance, tanto a nível nacional como internacional, capazes de ajudar à reabilitação e integração social daqueles deficientes.

II. Dos Sócios

1. Inalteração do universo de sócios efectivos.

2. Admissão de sócios honorários, pela Assembleia Geral Nacional, sob proposta da Direcção Nacional — pessoas ou organizações que prestaram importantes e reconhecidos serviços à causa dos deficientes ou à ADFA.

3. O articulado deverá reflectir o seguinte:

— A acção da ADFA é, em cada momento, o reflexo do sentir e aspirações dos sócios.

— Os órgãos eleitos deverão facultar aos sócios toda a informação e outros meios que permitam a materialização da sua permanente disponibilidade para a prossecução dos objectivos da Associação.

III. Dos Órgãos e Estruturas

Eliminada a disposição que determina que os membros dos órgãos sociais não são remunerados. Entende-se que será da maior utilidade que um elemento da Direcção Nacional deva manter-se, no serviço da ADFA, a tempo inteiro, podendo outro ou outros fazê-lo a tempo parcial, com a devida compensação, cabendo ao Conselho Nacional determinar, caso a caso, qual a respectiva forma.

● Assembleia Geral Nacional

Como órgão máximo da Associação e lugar privilegiado da expressão do sentir dos sócios, deverá manter a sua composição — todos os sócios efectivos — e ser dignificada.

Para além dos órgãos sociais, a ela deverá ser facilitado o recurso dos sócios. Assim, poderá ser convocada:

— pela Assembleia Geral de Delegação expressamente convocada para o efeito, com a presença de 15 por cento dos sócios da Delegação ou 50 sócios;

— por 100 sócios, devendo estar presentes 50 por cento mais 1 dos convocantes.

● Conselho Nacional

O Conselho Nacional deverá ser um órgão activo e participado, reflectindo na sua composição e orientação dos órgãos executivos e ainda de diferentes tendências e perspectivas associativas. Assim, terá a seguinte constituição:

Membros por inerência:
— MAGN — 3 elementos.

— Direcção Nacional — 7 elementos.
— 1 elemento por Delegação.

Membros expressamente eleitos:

— Em número igual aos dos elementos por inerência mais um, a partir de listas nacionais autónomas, apurados através do método de «hondt».

● Direcção Nacional

Composição: 7 elementos (1 presidente, 2 vice-presidentes, 3 secretários e 1 tesoureiro).

● Conselho de Delegação

Constituição: Mesa da Assembleia, Direcção e Conselho Fiscal de Delegação e ainda os membros do Conselho Nacional eleitos para o efeito que residam na área da Delegação.

Atribuições:
1. Aprovação do plano de actividades e orçamento anual a apresentar ao Conselho Nacional.

2. Apreciação de assuntos de interesse local.
Reúne ordinariamente para o cumprimento do ponto 1 e extraordinariamente sempre que qualquer um dos órgãos da Delegação o entenda.

● Conselho Jurisdicional

Constituição: Todos os ex-presidentes da MAGN e o actual, que presidirá.

Competências: apreciar e decidir sobre matéria disciplinar relativa aos sócios. Das suas decisões há recurso para a Assembleia Geral Nacional quando se trate da expulsão de sócios.

Funcionamento: de acordo com regulamento aprovado pela Assembleia Geral Nacional.

● Núcleos

É valorizado o Núcleo, que se tem revelado uma estrutura dinâmica, fundamental na interacção associativa.

Passa a ser dirigido por uma Direcção de Núcleo, eleita aquando das eleições gerais da Associação, composta por 1 presidente e dois secretários.

O Núcleo está ligado directamente à Delegação da sua área, à qual apresenta o seu plano de actividades, podendo ser dotado de verba própria para a sua execução, por decisão do Conselho Nacional.

A qualidade de membro

da Direcção do Núcleo não é incompatível com a de membro do Conselho Nacional expressamente eleito para esse efeito.

● Órgãos Consultivos

— Conselho de Reabilitação

— Conselho Económico
Constituição: sócios credenciados nos respectivos domínios.

Nomeação: pelo Conselho Nacional, sob proposta da Direcção Nacional.

Funções: proceder a estudos nas respectivas áreas, por determinação da Direcção Nacional ou por iniciativa própria.

O grupo de trabalho

CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA

- Informações
- Inscrições para a formação profissional
dr.ª Manuela Bessa
- Consultas de Fisiatria
- Consultas de Psiquiatria
D. Helena Soeiro

Av. João Paulo II — Arcozelo Telef: 762 91 15 / 762 98 15/76 98 40
— 4405 Valadares/Gaia Fax: 7629065

Transportes Delegação do Porto — Centro

ADFA	Centro	ADFA
9.30	12.30	13.00
14.00	17.00	17.30

Dias de consulta no HMR 1:

— Ligação ADFA/Porto-HMR1-Centro-ADFA/Porto

TIPOGRAFIA-ESCOLA

Nas suas remodeladas e modernizadas secções de:

ENCADERNAÇÃO ● FOTOGRAFIA
IMPRESSÃO ● MONTAGEM
OFF-SET/TIPOGRAFIA

executa os mais variados trabalhos no campo das artes gráficas, nomeadamente:

LIVROS ● EMBALAGENS ● CARTÕES
● FACTURAS ● RECIBOS ● GUIAS DE
REMESSA ● CARTAS ● ENVELOPES

Contactar: *Tipografia-Escola ADFA*

(sr. Mário Mendes)

H. M. P. — Anexo Campolide

R. Artilharia Um, n.º 107

1200 LISBOA

☎ 65 35 93

Quotas: adere
ao novo sistema!



ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS

CADERNO
ESPECIAL

Relatório de actividades da Direcção Central referente ao ano de 1992

Tal como informámos no ELO anterior, publicamos agora o Relatório de actividades da Direcção Central da ADFA referente ao ano de 1992, o qual, tal como as respectivas Contas, foi aprovado na Assembleia Geral Nacional Ordinária de 27 de Março último.

INTRODUÇÃO

A apresentação do presente relatório teve em conta o trabalho desenvolvido pelas Delegações da ADFA e pelos serviços da Sede, de acordo com as orientações dos respectivos Órgãos locais nacionais.

Estamos certos de que todos os associados reconhecem o empenhamento dos dirigentes e trabalhadores da ADFA, na procura incessante de, cada vez mais, fazermos o melhor na defesa intransigente dos legítimos direitos dos deficientes militares.

presença empreiteira, também se deveu ao surgimento de trabalhos a mais que não estavam projectados nem quantificados aquando da sua adjudicação, o que veio aumentar o custo do edifício e as preocupações que tal facto trouxe à ADFA, pois tornou necessário solicitar e formular novo pedido de financiamento aos Ministérios da Defesa Nacional, do Emprego e Segurança Social e das Obras Públicas. A construção tem sido acompanhada por várias entidades, mas é um imperativo destacar o interesse por ela demonstrado pelos associados na passagem do nosso 18.º aniversário. Nessa efeméride, o Secretário de Estado da Defesa Nacional, dr. Figueiredo Lopes, visitou a construção, ao que também se uniram membros dos gabinetes dos Ministros do Emprego e da Segurança Social e das Obras Públicas. Por aquele membro do Governo foi manifestado todo o interesse posto no apoio concedido à concretização deste projecto, que é o resultado de todo o trabalho que a ADFA tem desenvolvido, mas, acima de tudo, fruto do respeito que merecem os deficientes militares que se sacrificaram quando chamados a servir. Realça-se o contributo positivo que tem sido dado pela Comissão de

Angariação de Fundos, no sentido de recolher mais apoios para a construção.

Legislação

A defesa dos direitos dos deficientes militares foi, ao longo do ano, motivo de empenhamento e trabalho da ADFA, que sempre manteve postura firme na defesa dos projectos legislativos oportunamente apresentados. Destacam-se dos mesmos, por em termos de justiça merecerem aplicação prioritária da nossa organização, os que se referem à acumulação da pensão militar com a reforma, para os deficientes abrangidos pelo Estatuto de Aposentação, e o reconhecimento à dignidade daqueles que, diminuídos nas suas capacidades durante a prestação de serviço militar, não viram ainda os acidentes respectivos serem considerados com ligação àquela.

A Direcção Central, nos projectos legislativos a apresentar às entidades governamentais, tal como em interpretações e exposições apoiou-se nos pareceres da Comissão do Estatuto do Deficiente Militar, a qual efectuou também trabalho altamente meritório e de qualidade no desenvolvimento das pesquisas e fundamentação do projecto, que se espera venha a constituir, pelo seu reconhecimento ao mais alto nível, garante legislativo da especificidade e direitos de todos aqueles que se deficientarem durante a prestação de serviço militar.

Esta retaguarda participativa constitui garantia da

segurança e exequibilidade dos projectos que a ADFA vem defendendo.

Da legislação publicada, no que ao ano de 1992 se refere, realça-se, através da intervenção directa da ADFA, a publicação dos diplomas que estenderam até aos 70% o reconhecimento de GDFA aos militares cujos acidentes ocorreram em serviço, a não tributação em IRS de 30% dos rendimentos das pensões dos deficientes com mais de 60% de incapacidade, à inclusão dos DFA's no sistema de escalões implementado para o pessoal activo das Forças Armadas e o entendimento de que o ano e a prestação suplementar de invalidez não são tributadas em sede do IRS.

Reabilitação

Para além da definição e implementação de um serviço global e abrangente nas várias vertentes — atendimento personalizado, apoio médico-social, formação e emprego, é importante salientar que se abriram novas portas que colocaram à disposição dos sócios os meios humanos existentes na ADFA, cuja capacidade e eficácia têm que estar permanentemente vocacionados para o apoio, a todos os níveis, das suas necessidades.

Outro aspecto de particular importância foi o facto de a ADFA ter saído ao encontro do sócio, levando a nossa mensagem, a nossa solidariedade e a nossa ajuda, onde quer que ele se encontre.

Foram realizadas reuniões com as direcções dos hospitais Militares dos 3 ramos das Forças Armadas, oportunidades aproveitadas para expormos os nossos objectivos e as carências a nível médico-medicamentoso e fornecimento de ajudas técnicas aos deficientes militares, para além da dignidade que lhes é devida na humana forma de atendimento.

De tais encontros ficou bem claro a quota-parte de intervenção que na resolução de tais problemas cabe às estruturas de saúde militares e à nossa associação: Conclui-se, por tal, da necessidade de garantir o funcionamento do «gabinete do utente» nos hospitais militares.

A realidade que constituem os deficientes militares, tem de encontrar, por parte dos serviços competentes, respostas adequadas à sua especificidade, também dignamente personalizadas. O atendimento nos hospitais, o fornecimento de próteses e outras ajudas técnicas foram, portanto, objecto da atenção da ADFA, através de propostas que, em nosso entender, têm de merecer a devida atenção, pois o actual sistema encontra-se profundamente burocratizado no seu acesso, o que põe em causa, muitas vezes, pela mera e periférica via administrativa, os direitos claramente consignados tanto pela lei como pela moral.

O projecto para transformar o Lar Militar em verdadeiro espaço com vida própria, harmonia, dignidade e condições de reabilitação,

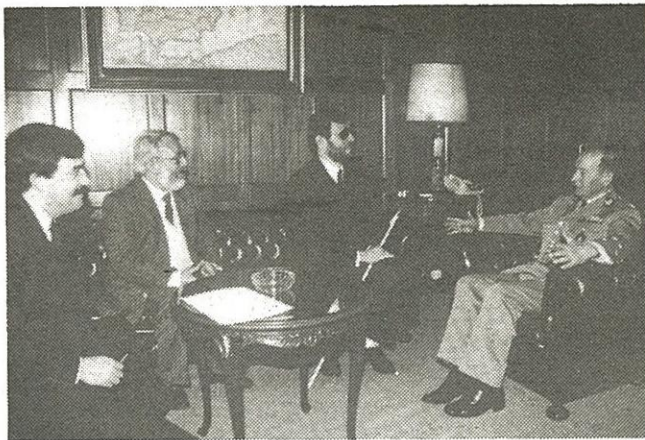
continuou, com prioridade, a merecer todo o empenhamento da Direcção Central.

Pensamos que é urgente redefinir os objectivos e o seu enquadramento institucional, pois começa a sentir-se a falta de uma estrutura moderna e funcional que venha a receber os deficientes militares que dela necessitem, pois o permanente agravamento das deficiências, bem como a desagregação familiar e social, é já uma realidade. Numa atitude bastante reivindicativa, a ADFA reconhece a importância do desbloqueamento desta situação por parte do Governo e, por isso, continua a envidar todos os esforços para que se passe das palavras aos actos, tendo como certo o interesse demonstrado pela Secretaria de Estado da Defesa no apoio à concretização de um projecto oficial ortoprotésico, a vir a funcionar no Lar Militar.

Apoio social na Sede

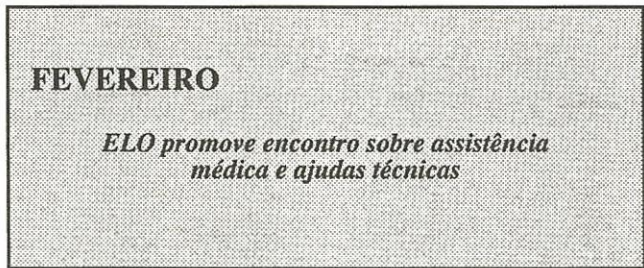
Dentro do apoio médico-social nas áreas de clínica geral, psiquiatria e apoio psicológico, foi muito significativa a afluência de sócios e familiares. Tal procura deverá ser, seguramente, entendida como um sinal da grande confiança que os utentes depositam na prestação desses serviços, por parte da nossa associação.

A assistência social desenvolveu trabalho muito activo, numa frente onde se desdobraram as solicitações. Várias visitas a associados internados em hospitais e em penitenciárias, para além da deslocação ao domicílio de grandes deficien-



JANEIRO

ADFA recebida pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas



FEVEREIRO

ELO promove encontro sobre assistência médica e ajudas técnicas



MARÇO

Assembleia-Geral Nacional Ordinária aprova Relatórios de Actividades e Contas

Relatório de actividades da Direcção Central referente ao ano de 1992

tes e ao equacionamento de problemas, com apresentação para sua resolução às entidades correspondentes, são acções bem demonstrativas da validade da vertente da intervenção da ADFa, na sua missão de ir ao encontro daqueles que têm, simultaneamente, mais necessidade e mais dificuldade em os expor aos serviços da nossa instituição.

A área de psicologia clínica, para além do seu labor específico, prestou assinalável apoio nas terapias de grupo, aos afectados pela «síndrome do distúrbio pós-traumático (SDPT) do stress da guerra».

Centro de Reabilitação Profissional de Gaia — CRPG

No ano de 1992 foi concretizada a transferência de instalações do Centro de Reabilitação, a funcionar até então na Delegação do Porto, para Arcozelo-Gaia, de acordo com o protocolo celebrado entre a ADFa, o IEFP e a CERCIGAlA.

As actuais instalações, idealizadas à medida do que na área da reabilitação profissional o Centro se propõe desenvolver, estão a dar resposta cabal às solicitações quer dos associados quer dos utentes de toda a área norte do país.

De harmonia com a vontade dos órgãos do Centro e da Delegação do Porto, foram criadas condições para que o atendimento e o apoio a prestar, por maior dignidade de espaço e facilitada a acessibilidade em transportes, fossem garantidos de forma mais eficaz e harmonizada.

Embora utilizando em pleno as áreas disponíveis, continuaram obras de adaptação, de arruamentos e infra-estruturas exteriores destinadas a completar o complexo. Entretanto, promoveram-se estudos, a apresentar às entidades competentes, para dotar o Centro de uma unidade terapêutica com piscina e ginásio e de uma outra residencial para alojamento das pessoas com deficiência que se deslocam a este estabelecimento de reabilitação

Durante o ano de 1992 foram implementados os programas operacionais aprovados no anterior e proposto para 1993 o programa destinado a deficientes motores e mentais, abrangendo dezassete cursos diferentes e cerca de duas centenas e meia de formandos.

A parte afectada à engenharia de reabilitação (próteses/ortóteses), continuou a dar uma grande atenção aos sócios da ADFa, tendo atendido uma centena de deficientes militares.

No âmbito da sua participação internacional, foram implementadas diversas acções no domínio dos projectos Modena, Horizon, Force e Handynet. Neste particular, destaca-se que o Centro foi escolhido, por despacho ministerial, para funcionar como «centro de informação e aconselhamento para a deficiência motora», na região Norte.

Os órgãos do Centro e da ADFa entendem ser necessária uma maior divulgação e informação dos objectivos e actividades do CRPG, pelo que fomentaram medidas nesse sentido, designadamente seminários de informação, e uma maior inserção das suas acções no jornal «ELO».

Formação profissional

Na perspectiva global da reabilitação, a vertente formação profissional e emprego mereceu uma atenção especialmente cuidada, no sentido de um eficaz aproveitamento dos meios postos à disposição da ADFa pelo IEFP, perante a apresentação de projectos que, em termos de programa, foram melhorados não só no aspecto pedagógico mas também proporcionando ao formando ser agente mais activo do seu processo de integração social, numa postura participativa, garante do seu direito a uma vida autónoma.

Reformaram-se os métodos e práticas da coordenação, envolvendo em tal sentido os técnicos, propondo-lhes mais iniciativa e estipulando uma formação diferente e menos académica, baseada na va-

lorização que lhes confere a experiência da ADFa. No ano de 1992 foram desenvolvidas acções em programas operacionais PO.7 e PO.12 com os seguintes cursos: Técnicos Administrativos de Artes Gráficas, Técnicos Reparadores de Electrodomésticos e Técnicos Ceramistas.

No que diz respeito aos trabalhadores, foi realizado um curso de informática para actualização dos seus conhecimentos, dando-se também início a um curso de informática na óptica do utilizador, para pessoas cegas, que contou com a coordenação do nosso associado António Neves.

Relativamente ao emprego, desenvolveram-se inúmeros contactos com entidades oficiais e privadas, no sentido de se obterem colocações, o que não foi tarefa fácil, pois o mercado de trabalho é bastante limitado e, apesar dos apoios oficiais, não estão garantidas condições favoráveis à estabilidade de emprego.

Vida associativa

Delegações e Núcleos

Um dos vectores que vem tornando a ADFa numa organização na qual os sócios se sentem co-responsabilizados foi sempre, e sem dúvida, a grande participação nos vários encontros associativos.

Em tais ocasiões, para além do convívio entre os associados e os seus familiares, também se discutiu a reivindicação, também se falou da nossa história.

As comemorações do 18.º aniversário em Coimbra, nas quais a ADFa mais uma vez transmitiu à sociedade o seu projecto, foram um grande momento da nossa vida associativa. Assinale-se, com cariz de evidência, a sessão solene presidida pelo Governador Civil do Distrito de Coimbra e pelos representantes da Câmara Municipal daquela cidade, do Comandante da Região Militar Centro, com a presença de diversas entidades e organizações, para além de dirigentes da ADFa, sócios e familiares.

Esta efeméride contou com uma actividade cultural na Figueira da Foz e ter-

minou com um grande convívio associativo em Mogofores, apoiadas tais acções, respectivamente, pelas Câmaras Municipais daquela cidade e pela Anadia.

Refira-se o empenhamento que a Delegação de Coimbra, através dos seus responsáveis, prestou a esta importante realização, o que contribuiu para que se saldasse num saudável trabalho associativo que reforçou a coesão da ADFa.

Outro momento da nossa vivência comum a assinalar, e que se tem vindo a transformar num notável momento de congregação de sócios, trabalhadores e famílias, é o convívio anualmente realizado pela Delegação de Setúbal com a colaboração dos serviços da Sede, que contou, no ano de 1992, com a participação de inúmeros associados de várias áreas do país, e onde mais uma vez o espírito-ADFA se desenvolveu consolidando-se a ideia de que a nossa Associação é, acima de tudo, a vontade e o querer dos seus associados.

A Direcção Central reconhece também, e por isso neste relatório os destaca, os grandes momentos ou reuniões de sócios em Fomalicão, Bragança e Porto, reveladores de uma forte ligação associativa entre os órgãos nacionais e os órgãos das Delegações, realçando-se o dinamismo dos dirigentes locais para levarem a cabo estas acções fulcrais para a coesão dos sócios.

Cumpra agora salientar, pela sua militância e espírito de sacrifício, o esforço desenvolvido um ano mais pelos responsáveis de todos os Núcleos, os quais têm feito chegar aos sócios, com a maior eficácia, e nos locais mais afastados da Sede e das Delegações, a chama da ADFa e o espírito solidário que nos une.

Momentos mais evidentes, no ano de 1992, da dinâmica destas estruturas de base da ADFa foram, indubitavelmente, a realização em Alcobaça do 1.º Encontro Nacional de Núcleos e a criação, em Aveiras de Cima, do Núcleo que integra os associados dos Concelhos de Alenquer, Azambuja e Cartaxo.

A continuidade e envol-

vência do trabalho destas realidades eminentemente humanas e assentes no voluntariado, serão cada vez mais garantia do futuro e da força da nossa Associação.

A festa de Natal realizada no ano de 1992 em Lisboa, constituiu uma experiência viva, interessante e diferente. Se tal ocasião promove o encontro das famílias, porque idealizado, projectado e concretizado pelos nossos filhos, o convívio que teve lugar na Sede-Lar Militar, pela sua envolvimento juvenil e espírito de abertura foi, além de congregador, expressão fiel de uma nova forma de estar e demonstrativo da mais activa e participante colaboração das famílias e amigos, nas nossas realizações.

Entende-se destacar o trabalho positivo desenvolvido pelo DASC, apesar dos escassos meios humanos e materiais, reconhecendo-se pelos resultados obtidos, como vital para a vida associativa o seu apetrechamento em meios, para desenvolvimento de acções que tragam à ADFa os sócios.

Bragança

A Delegação pautou a sua intervenção, a nível interno, no objectivo da manutenção da unidade dos seus associados em torno da ADFa, conhecendo-se a dispersão destes por toda a sua área de intervenção, realizando encontros associativos e deslocamentos para o contacto pessoal, no sentido de um melhor conhecimento dos reais problemas dos sócios que mais dificuldade têm em se deslocar às suas instalações.

Foi importante a sensibilização levada a efeito por esta Delegação no sentido do reforço da solidariedade das entidades locais, muito em especial das autarquias, para os problemas que afectam a pessoa deficiente.

No ano de 1992, e em face de uma invulgar procura por parte das entidades que actuam na área social, foi invulgarmente elevado o volume de material ortopédico fornecido, o que, muito para além da rentabilidade financeira, demonstra o apoio que esta Delegação pode prestar às profundas

carências que atingem os deficientes do Distrito de Bragança.

Coimbra

Durante o ano de 1992, a Delegação de Coimbra dinamizou, dentro do possível, a vida associativa privilegiando também os contactos regulares com instituições oficiais e partilhadas.

No atendimento aos associados, deu-se prioridade às necessidades básicas destes, garantindo uma melhoria dos serviços e dando continuidade a uma tradição da Delegação com a visita, no domicílio, aos associados mais carenciados, residentes em vários pontos da zona Centro.

Reconhecendo a ADFa como a legítima representante dos deficientes militares em Portugal, divulgámos a nossa Associação em sessões e debates organizados por instituições dos ramos empresarial, escolar e da saúde, entre outras.

Dentro dos contactos externos, evidenciam-se os mantidos com as entidades da região Centro, militares, autarquias, ensino, cultura e lazer, e organizações ligadas à área da deficiência; por outro lado, manteve diversificada intervenção nos órgãos de comunicação, imprensa e rádios locais.

Dentro das actividades associativas promovidas, realça-se a realização, com o apoio da Direcção Central, de parte significativa da descentralizada comemoração do 18.º aniversário da ADFa, nos eventos acontecidos em Coimbra, Figueira da Foz e Mogofores. Mas julga-se também não dever ser esquecida a presença de inúmeros associados e familiares no convívio realizado pela Delegação de Setúbal, assim como a participação da secção de pesca da Delegação em diversos concursos de pesca de rio, tendo sido promovido, também em Coimbra, o concurso de pesca e convívio entre diversas organizações de e para deficientes daquela região.

A ADFa em Coimbra continuou a dar a sua participação activa às iniciativas do «Projecto Distrito», da responsabilidade do Gover-



MAIO

18.º aniversário da ADFa em Coimbra como seu centro



ABRIL

1 Encontro Nacional de Núcleos, em Alcobaça



JUNHO

Reunião de Órgãos Sociais Centrais perspectiva futuro associativo -

Relatório de actividades da Direcção Central referente ao ano de 1992

no Civil, relativas à área de desenvolvimento social.

Évora

Normalizada a situação relativa ao funcionamento da Delegação, esta continuou a usufruir do bom relacionamento com todas as entidades locais.

Realça-se a falta de interesse e participação dos sócios, evidenciada, também, na pouca receita de quotas, o que tem sido desmotivador para os órgãos locais na concretização de actividades que promovam a adesão dos sócios da região de Évora.

Faro

A Delegação de Faro, no intuito de sensibilizar para os objectivos da ADFA os associados locais, promoveu diversas reuniões de trabalho, tendo, por outro lado, proporcionado aos sócios e famílias uma oportunidade ímpar de convívio ao levar a efeito a sua Festa de Natal.

Esta Delegação um ano mais se destacou pela sua comparência e participação em todas as actividades associativas nacionais da ADFA, cabendo realçar as boas relações que mantém com as entidades públicas locais, designadamente as de âmbito cultural, não esquecendo a sua contribuição, no desenvolvimento com a Câmara Municipal de Silves, para a implementação nesse Concelho de um espaço de lazer e reabilitação da responsabilidade da nossa Associação.

Ponta Delgada

Dando continuidade à sua intervenção de anos transactos, a Delegação de Ponta Delgada manteve estreito contacto com os Núcleos da sua área, o que merece o maior realce, salientando-se de tais encontros a necessidade sentida pelos associados dos Açores na realização de nova jornada de sensibilização, a levar a efeito pela ADFA, nas ilhas, onde as «1.ªs Jornadas» não tiveram oportunidade de ser apresentadas.

No seguimento do desejo desta Delegação em criar

uma oficina de próteses e ortóteses, área em que se encontra profundamente carenciada a Região Autónoma, foi apresentado à Secretaria Regional dos Assuntos Sociais o projecto respectivo, elaborado pelo CRPG com a colaboração da nossa Delegação do Porto, o qual se espera ver implementado a breve trecho.

A Delegação envolveu os associados em diversas actividades, designadamente na comemoração do 18.º aniversário da Associação, momento em que realizou um concurso de pesca, e no convívio de Natal, sendo a participação verificada indicadora do interesse dos sócios nas realidades e acontecimentos que à sua Delegação, como tal à própria ADFA, dizem respeito.

Porto

Nas actividades da Delegação do Porto é realçada a intervenção de todos os órgãos regionais, reconhecendo-se que a intervenção dos sócios, sempre considerada na tomada de decisões, não tenha sido a mais ampla, permitindo ser também mais participada, embora tenham sido envidados todos os esforços para o chamamento à envolvimento associativa, quer em convívios quer em reuniões mensais, de todos os deficientes militares da sua área de intervenção.

Refere-se, no entanto, que não sendo de alto significado a contribuição dos associados nas questões da ADFA e da Delegação, é elevado o número daqueles que procuram os serviços que lhes são prestados, e que por entendidos e assumidos quer pelos Órgãos Sociais quer pelos trabalhadores, serão reforçados no sentido do mais eficaz apoio aos seus utentes.

Tem sido, na realidade, primordial no conhecimento das necessidades e carências dos seus associados, a gestão informática oportunamente instalada na Delegação.

Esta estrutura regional, apoiada também na militância de alguns sócios, desenvolveu trabalho significativo no apoio social, designadamente no acompanhamento domiciliário

da situação de deficientes militares com maiores dificuldades de deslocação e visitas a um estabelecimento prisional onde se encontra recluso um nosso associado.

A Delegação, embora com a sua transferência para Arcozelo tenha ficado desligada fisicamente do Centro de Reabilitação Profissional, não deixou de acompanhar muito de perto o seu funcionamento, com a ligação ao seu Conselho Directivo, visitando regularmente as actuais instalações e participando numa jornada de trabalho realizado pelo Centro dentro do programa «Horizon».

Pretendendo minimizar as dificuldades dos sócios utentes daquela unidade de reabilitação, a Delegação montou um sistema de transportes diários que lhes permite fácil acesso.

Com a saída das instalações da Delegação do Centro, procederam-se a adequações que já permitem maior capacidade para actividades associativas, prevenindo-se a sua ampliação para os espaços ainda vagos, voltando-os mais objectivamente para as áreas de convívio, cultura e lazer.

Demonstrando um grande espírito associativo, os Órgãos da Delegação, nomeadamente a Direcção, continuaram a dar a maior colaboração a actividades desenvolvidas pelos Órgãos Nacionais, destacando-se a sua presença e participação activa no 1.º Encontro Nacional de Núcleos, no 18.º aniversário da ADFA e nos trabalhos quer da Comissão do Estatuto do Deficiente Militar quer da revisão dos Estatutos da ADFA.

Mercê do seu relacionamento com a comunidade envolvente, a Delegação participou em variadas realizações locais consagradas à área da reabilitação e da sensibilização para a área da reabilitação de pessoas deficientes, muito em especial no que à vertente militar diz respeito.

Queremos destacar o empenhamento que a Direcção tem demonstrado, nos contactos mantidos através de correspondência, no sentido de trazer os sócios de novo à Delegação.

Este trabalho traduziu-se numa experiência associativa muito rica e que, em nosso entender, deve ser exemplo para toda a ADFA, pois também no que diz respeito à cobrança de quotas esta acção produziu efeitos positivos para as receitas da Delegação.

Setúbal

Esta Delegação considera ter ultrapassado, no ano de 1992, os objectivos que para o mesmo se propusera alcançar. No entanto reconhece que, tal como já se vinha verificando, o alheamento dos sócios na participação e discussão da vida associativa foi, uma vez mais, factor básico para inexistência de mais e diversificadas actividades na sua região.

Vila Nova de Famalicão

Das actividades desta Delegação, fruto do seu relacionamento com as realidades locais onde se insere, realça-se, muito em especial, a sua presença nas celebrações do Dia Nacional do Deficiente, ocorridas em Braga.

A Delegação de Famalicão participou em diversas actividades associativas de âmbito nacional e realizações de outras Delegações, sendo digna de realce a sua participação activa e interviniente, com apresentação do projecto próprio, em todo o processo de revisão estatutária.

Vila Nova de Famalicão, em duas jornadas de grande presença de sócios e familiares, levou a efeito envolventes convívios na passagem do seu 18.º aniversário e na Festa de Natal.

Foi, por outro lado, notória a intervenção da Delegação para a instalação definitiva do Núcleo de Guimarães, salientando-se a presença de elementos da respectiva Comissão Instaladora e da Direcção de Delegação no 1.º Encontro Nacional de Núcleos, que teve lugar em Alcobaça.

A dinâmica e forma interventiva de participar da Delegação de Vila Nova de Famalicão, são demonstração da vontade dos sócios da sua área no querer uma

ADFA forte e um futuro digno.

Viseu

A Direcção da Delegação envidou todos os esforços para fazer sentir aos Órgãos Sociais Centrais, através de opiniões sobre projectos nacionais da ADFA, que esta Delegação se encontra viva e disposta a colaborar.

Viseu participou activamente nos trabalhos de revisão estatutária e, fruto do seu relacionamento com as entidades da sua região, foi convidada a participar em diversificadas actividades de âmbito local.

Realizado, durante o ano de 1992, um encontro de associados em Viseu, foi devido à sua vasta dispersão na respectiva área de intervenção salutarmente entendido efectuar descentrada e trimestralmente tais eventos.

Evidencia-se o regular funcionamento do Núcleo da Guarda, presente no 1.º Encontro Nacional de Núcleos, em Alcobaça.

Revisão Estatutária

O ano de 1992 veio trazer mais intensa actividade ao processo de revisão estatutária que, coordenado pela MAGN e participado por Sede e Delegações, em variadas reuniões descentralizadas irá permitir, com toda a segurança, que o debate a desenvolver em seu redor venha a ocasionar grandes áreas consensuais que proporcionem a serena aprovação do nosso documento fundamental, trazendo grandes linhas de orientação para o futuro da organização e de todos os deficientes militares.

ELO

O nosso jornal no ano de 1992, sendo factor ímpar da coesão e unidade entre os sócios da ADFA, e embora ainda longe da capacidade participativa que deles é desejável, viu salutarmente incrementada a sua parte redactorial, fruto da contribuição de sócios e familiares. Por outro lado, e sendo veículo externo das posições e filosofia da ADFA, distribuído como é a

entidades oficiais e particulares, em especial organizações vocacionadas para o apoio e resolução do problema das pessoas deficientes, constituiu-se em guarda avançada da nossa força reivindicativa e informativa, contribuindo para a resolução de muitos dos nossos problemas e para o entendimento do movimento associativo de deficientes.

O ELO esteve presente, no ano de 1992, na Assembleia da República, numa jornada de informação destinada à Imprensa Militar organizada pela Comissão Parlamentar de Defesa, que permitiu um amplo debate sobre os problemas e a real situação desta área da comunicação social.

Como vem sendo hábito, participou também o nosso jornal nos trabalhos do VIII Colóquio de Imprensa Militar, organizado este ano pela revista «Pela Lei e Pela Grey», da Guarda Nacional Republicana.

Serviços nacionais

Uma vez mais os serviços nacionais — Secretaria, Contencioso e Apoio Jurídico — justificaram a procura e o interesse por parte dos sócios, por lhes merecerem confiança na resolução dos seus problemas. Desde a informação sobre interpretação de legislação, pagamento de quotas, ou adesão ao seu pagamento por desconto em conta bancária, preenchimento de IRS, reabertura de processos, recursos e inúmeros requerimentos, admissão de sócios e informação sistemática às Delegações, temos que considerar estes serviços como uma janela aberta.

No árduo labor desenvolvido, os trabalhadores utilizaram, acima de tudo, a sensibilidade na sua mais importante missão, audição e auscultação do sócio, cientes e colaboradores da ideia de que a casa é de todos e para todos. Este departamento permanentemente manteve contacto com a Instituição Militar, e com os mais diversos serviços públicos, autárquicos e outros.

É também de relevante importância salientar, as

JULHO

Alto responsável pelo apoio aos deficientes de guerra, de Angola, tem reunião de trabalho com a ADFA



AGOSTO

Secretário-Geral da FMAC, em Lisboa, prepara VI Conferência Internacional sobre Legislação

SETEMBRO

Comissão Instaladora do Núcleo de Aveiras de Cima toma posse



Relatório de actividades da Direcção Central referente ao ano de 1992

inúmeras solicitações que recebemos dos vários organismos civis e militares, reconhecendo a experiência e competência da nossa instituição no recorrer aos departamentos da Sede e serviços das Delegações.

Foram admitidos 199 sócios efectivos e 186 pendentes. Durante o ano faleceram 36 associados.

Tipografia

No ano de 1992 foram incentivados os contactos para a instalação da Tipografia-Escola em local que, permitindo maior desenvolvimento na área da reabilitação, formação e emprego, continue a ser um factor dinâmico no sector produtivo da ADFA, garantindo-lhe a aplicação de actividade no ramo das artes gráficas e o elemento positivo na angariação de receitas que permitam uma maior independência económica da instituição. Dos contactos mantidos tendentes à transferência de instalações, recebeu a ADFA uma proposta por parte do Ministério da Defesa Nacional, estando em estudo um projecto que responda às necessidades e desejo de maior intervenção da nossa associação na área daquele sector de produção.

No ano transacto o crescimento, por parte da Tipografia, deve-se sem dúvida ao querer e à vontade dos seus trabalhadores, que são garante de continuidade evolutiva num projecto que, em tempos deficitário, é hoje exemplo nas áreas laboral de formação e emprego.

II — ACTIVIDADE EXTERNA

Relações Nacionais

Considerando que todos os projectos e objectivos da ADFA, para se concretizarem, terão que ser protagonizados por si mesma, sempre em diálogo e colaboração com o Estado e restante sociedade civil, desenvolvemos contactos aos mais variados níveis.

Assembleia da República

Um ano mais, e a convite do Presidente da Assem-

bleia da República, a ADFA esteve presente nas comemorações oficiais do 25 de Abril, presididas pelo Presidente da República, dr. Mário Soares.

Ministério da Defesa Nacional/Secretaria de Estado da Defesa Nacional

Como é do conhecimento geral, foram estabelecidos contactos com o Gabinete do Secretário de Estado dr. Figueiredo Lopes, tendo-se realizado duas audiências com aquele membro do Governo, nas quais foram tratados assuntos de relevante interesse, utilizando a ADFA, no tratamento dos mesmos, toda a sua firmeza e responsabilidade, sempre em espírito de diálogo e chamando a atenção para os preocupantes problemas dos deficientes militares.

Ministério do Emprego e Segurança Social

Foram estabelecidos contactos com o Ministro do Emprego e Segurança Social, dr. Silva Peneda, tendo sido tratados assuntos relativos à Sede e política nacional de reabilitação.

Nesta última área, e muito concretamente no que respeita à Lei Orgânica do SNR, manifestou a ADFA a sua discordância, entendendo que a limitação da participação das ONG's no CNR não é compatível com a filosofia defendida pelas democracias participativas, tendo em vista o papel determinante que cabe hoje à sociedade civil na procura de soluções que ainda afectam as pessoas com deficiência.

SNR

Continuámos a pugnar para que o SNR fosse o organismo por excelência da coordenação da política de reabilitação. Esta atitude foi desenvolvida no âmbito do CNR, *forum* onde a ADFA e as outras organizações manifestaram de viva voz as preocupações com que se debatem as pessoas com deficiência em Portugal e o inegável esforço desenvolvido pelas ONG's.

A alteração da Lei Orgânica do Secretariado Nacio-

nal de Reabilitação e a criação do «grupo de diálogo» em nada vem alterar as posições de princípio que a ADFA sempre defendeu, das quais se salienta o papel de sujeito activo que é e quer continuar a ser no processo de reabilitação.

Instituição Militar

A origem da nossa deficiência impõe-nos um permanente contacto com a Instituição Militar. Continuam por resolver situações ainda pendentes e que passam pela resposta desta instituição, que muitas vezes, apesar da vontade da hierarquia, se torna pesada e lenta, o que traz variados e graves problemas aos deficientes militares. No intuito do desbloqueamento de tal situação, destacamos a audiência com o Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, general Soares Carneiro, onde com toda a propriedade expusemos as nossas preocupações, apelando ao compromisso e à responsabilidade que directamente a Instituição Militar tem na resolução dos nossos problemas.

A ADFA foram concedidas audiências pelos ex-actual Chefe de Estado-Maior do Exército, generais Loureiro dos Santos e Cerqueira Rocha, e pelos Chefes de Estado-Maior da Armada, almirante Fuzeta da Ponte, e da Força Aérea general Mendes Dias.

Apraz-nos manifestar a solidariedade que a ADFA recebeu da hierarquia militar e a sensibilidade e compreensão expressas para a resolução dos problemas apresentados.

Autarquias

Reconhecida como vital a ligação ao poder autárquico, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, foram estabelecidos contactos com a Câmara Municipal de Lisboa, uns por motivos que se prendem com a construção da nova sede, outros relacionados com acções que a edilidade desenvolveu para a integração de pessoas deficientes.

Antigos Combatentes

A ADFA esteve presente nas cerimónias oficiais do

Dia do Combatente, 9 de Abril, na Batalha e nas comemorações do 81.º aniversário do Armistício da 1.ª Guerra Mundial, em Lisboa. A ADFA integrou, por outro lado, os trabalhos da Comissão Executiva da construção do monumento dos Combatentes do Ultramar, numa postura responsável, entendendo que a Nação jamais poderá ignorar os sacrifícios exigidos aos antigos combatentes.

Associativismo

Neste plano manteve a ADFA inúmeros contactos com associações de e para deficientes, com o fim de promover e valorizar a troca de experiências e sempre no sentido solidário para com aqueles que, como nós, sentem no dia-a-dia as dificuldades da integração social.

A 7 de Dezembro, a ADFA organizou uma reunião onde estiveram presentes várias daquelas organizações, tendo sido feita uma análise exaustiva da situação dos deficientes em Portugal; revelando-se de todo o interesse garantir uma articulação do movimento face às alterações da legislação, sendo ainda proposta a promoção de mais encontros e reafirmado o princípio de que as pessoas deficientes, através das ONG's, são elemento activo da garantia da directa e participada resolução dos seus próprios problemas.

Relações Internacionais

O ano de 1992, no campo das relações com o movimento mundial de antigos combatentes foi, em nossa opinião, bastante frutuoso, pois renovámos contactos e trocámos experiências com as mais diversas organizações.

Exercendo a qualidade de presidente da CPAE/FMAC, a ADFA deslocou-se a Espanha onde, com o secretário-geral da organização, participou numa reunião com as associações de antigos combatentes daquele país, uma delas oriunda da guerra civil espanhola e outra recentemente criada. Foi um memorável encontro, e pensa-

mos que demos um valioso contributo para a coesão dos antigos combatentes espanhóis, tendo, por outro lado, sido importante recolher a experiência da Associação Cultural dos Inválidos Militares de Espanha/ACIME, porque embora organização jovem, tem desenvolvido um grande esforço para garantir direitos aos seus associados: assim, é merecedor de reconhecimento o interesse da existência das ONG's para defesa da dignidade dos deficientes.

Também na qualidade de presidente da CPAE, a ADFA integrou o comité preparatório da 1.ª conferência sobre os problemas dos combatentes da Europa Central e Oriental face às mudanças verificadas naquela zona do globo, que se realizou em Setembro, em Varsóvia, e cujos resultados foram bastante importantes, pois promoveu uma valiosa troca de experiências e conhecimentos que serviram para que as novas organizações daquela região venham a ser realmente a garantia de defesa dos direitos dos seus membros.

No início de Setembro, recebemos para uma reunião de trabalho o secretário-geral da FMAC, concretamente para preparar a VI Conferência Internacional sobre legislação de antigos combatentes e vítimas de guerra, que terá lugar em Lisboa em Março de 1994. Na oportunidade, o secretário de Estado da Defesa Nacional, dr. Figueiredo Lopes, recebeu em audiência conjunta a ADFA e o secretário-geral da FMAC, audiência esta em que lhe foram expostos os objectivos desta conferência bem como os apoios necessários à sua realização.

Foi manifestado pelo secretário de Estado o interesse e apoio do Governo por esta matéria, que já é conhecido desde a V Conferência, realizada na Áustria e onde esteve presente o então secretário de Estado da Defesa, dr. Eugénio Ramos.

No âmbito das relações com as associações de combatentes de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, foram estabelecidos contactos e troca de informações.

A II Conferência de Antigos Combatentes, no âm-

bito da União, cuja realização estava prevista para Junho/92 em Luanda, foi de comum acordo alterada para data a marcar oportunamente, em virtude da situação vivida por aquele país.

CONCLUSÃO

A Direcção Central entende reconhecer todo o apoio e solidariedade que lhe foram prestados pelos órgãos nacionais — Mesa da Assembleia Geral Nacional e Conselho Fiscal Central —, órgãos sociais locais, associados em geral e trabalhadores que, individualmente ou em trabalho conjunto, sempre se disponibilizaram a dar o seu contributo por forma a que os objectivos da ADFA sejam prosseguidos e, consequentemente, atingidos.

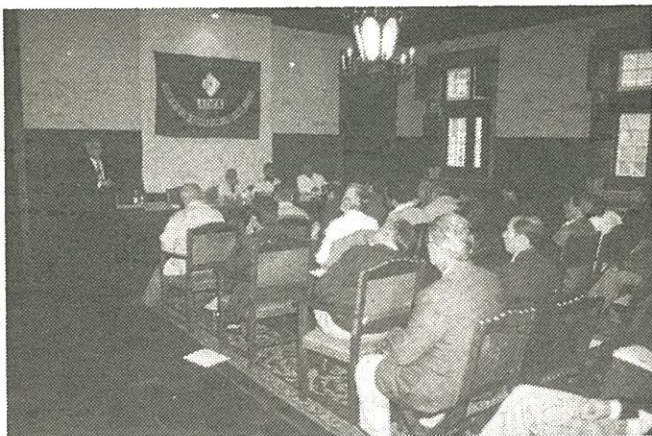
Entendemos sempre que toda a colaboração prestada foi e será valiosa, tendo merecido por isso uma particular atenção, no sentido de melhorarmos o nosso trabalho.

A experiência adquirida ao longo de 18 anos de vida da nossa Associação tem sido a grande fonte na qual procuramos sempre aprender.

Este testemunho jamais poderá ser ignorado e deverá, no dia-a-dia, ser enriquecido e transmitido a todos os sócios, bem como à sociedade portuguesa. Reivindicamos que o contributo que a ADFA deu ao longo da sua existência não passe por um mero reconhecimento moral, mas que seja assumido como uma inegável experiência de querer e determinação dos deficientes das Forças Armadas, os quais o País deverá sempre ter em conta.

Ao terminar este relatório, queremos deixar uma mensagem de confiança aos sócios, dizendo que no exercício das nossas responsabilidades tudo fizemos para ajudar a resolver os problemas dos deficientes militares, que ainda são muitos, tendo-nos ficado como certeza que a fundação da ADFA e a sua continuação no futuro são a garantia da defesa dos nossos direitos.

A Direcção Central



OUTUBRO

Revisão Estatutária, compiladas propostas, inicia grande debate associativo

NOVEMBRO

Nos «parabéns ao ELO», ocasião para maior reflexão sobre a participação associativa



DEZEMBRO

ADFA promove, no Dia Nacional do Deficiente, debate alargado a outras associações de e para deficientes

SEDE — DELEGAÇÕES — NÚCLEOS

SEDE

Costa do Estoril

Instalações do Núcleo

Iniciadas no passado mês de Março, e já terminadas à data de saída deste ELO, as obras de adaptação das instalações do Núcleo da Costa do Estoril, nas «Varandas de Cascais», foram visitadas pela Direcção Central na manhã do dia 3 de Abril, ocasião para tomar contacto com um espaço que, a breve trecho, poderá constituir uma nova e aglutinante realidade na nossa convivência associativa, cedido pela municipalidade de Cascais, que também financiou os trabalhos actuais.

Espera-se, concluída a adequação, que este local venha a ser um êmbolo de dinâmica e militância do numeroso grupo de sócios radicados na periferia ocidental de Lisboa. Que assim seja!...

BRAGANÇA

19.º Aniversário da ADFA

À semelhança dos anos anteriores, a Direcção da Delegação vai comemorar o aniversário da nossa Associação, promovendo um almoço-convívio de sócios e famílias, aberto a todos os que a nós se queiram juntar, a ter lugar no restaurante «Ovimar», em **Alfândega da Fé, no dia 06 de Junho, Domingo.**

COM A TUA PRESENÇA DARÁS MAIS FORÇA À NOSSA UNIDADE.

Espera-te um abraço fraterno daqueles que contigo

lutam pela completa integração social, ainda longe de ser atingida. Não deixes a tua cadeira vazia. **CONTAMOS CONTIGO!**

Providencia, desde já, a tua inscrição nesta confraternização.

Com um abraço amigo da Direcção da Delegação.

PORTO

«Salvar vidas em Angola»

Com esta denominação está em marcha uma campanha que pretende angariar ajudas para o povo angolano, principalmente os mais atingidos pela violência da guerra, como sempre as crianças, as mulheres e os idosos, numa acção conjunta de um grupo de médicos, a Cruz Vermelha, a Caritas e ainda outras Organizações Não Governamentais.

A Delegação do Porto da ADFA, desde logo sensibilizada para tal iniciativa, recebeu da Direcção Central, a quem oportunamente expôs a questão, além de imediato apoio, a incumbência de representar a Associação junto da organização e de incrementar, junto dos sócios, a recolha quer de cobertores, roupa e calçado, quer de fundos para a compra de medicamentos, podendo os donativos em dinheiro ser depositados na conta n.º 28890255/001 do Banco Totta & Açores, aberta pela ADFA exclusivamente para tal efeito.

A Direcção da Delegação espera, não só dos associados da sua área, como também de todos os outros, a nível nacional, a maior solidariedade e generosidade.

(N.R.: ver, também neste ELO, «Página de solidariedade»).

V. N. FAMALICÃO

Caro Associado:
No próximo dia 19 de Maio de 1993 a tua Delegação fará 19 anos.

Vamos por isso, e no seguimento do que vimos fazendo há anos, realizar o almoço de confraternização comemorativo do 19.º aniversário da ADFA e em particular da nossa Delegação, o qual, este ano, se realizará pela 1.ª vez em **Barcelos, no dia 23 de Maio, domingo**, no Restaurante «Bolívar».

A ementa será composta de:

Canja ou papas de sarra-bulho, bacalhau à moda da casa, vitela ou lombo assado, pão, vinho, sumos, águas, fruta, pudim, doce sortido, café, bagaço, brandy, vinho do Porto, champanhe e o tradicional bolo de aniversário.

O preço será de:
Crianças até 4 anos Grátis
Crianças dos 4 aos 7 anos 1 250\$00
Restantes jovens e adultos 2 500\$00

Esperamos que, como em anos anteriores, este convívio junte um elevado número de associados e suas famílias. Contamos com muitos associados de Barcelos, para convivermos umas horas em sã camaradagem, cantando depois todos juntos os parabéns à ADFA e à nossa Delegação.

A concentração far-se-á no Largo da Feira, em frente ao Hospital (perto da Bagoeira), das 11H30 às 12H30, estando o almoço marcado para as 13H00, no Restaurante «Bolívar», sito no Centro Comercial Bolívar, Quinta da Espinheira.

Telefone: 81 49 10, Barcelos.

NÃO TE ESQUEÇAS: DIA 23 DE MAIO EM BARCELOS! COMPARECE COM A TUA FAMÍLIA E TRAZ OUTRO ASSOCIADO CONTIGO.

Notas: 1) Agradecemos a marcação de presenças até às 18H00 do dia 7 de Maio, impreterivelmente.

2) Excepcionalmente, e apenas para sócios que não pertençam à área da Delegação e que queiram responder a este nosso convite através do ELO, as inscrições estarão abertas até ao dia 12, inclusive.

3) Para qualquer esclarecimento, contacta a Delegação, telefone/fax (052) 32 28 48.

NÃO TE ESQUEÇAS: DIA 23 DE MAIO, DOMINGO, ALMOÇO ANIVERSÁRIO.

FAZ A TUA INSCRIÇÃO — COMPARECE — TRAZ A FAMÍLIA — CONVIVE CONNOSCO.

A Direcção da Delegação

Guimarães

Volvidos alguns anos de persistência de duas gerações de associados e após tempos atribulados com a tralha às costas, finalmente concretizamos o sonho de arranjar um cantinho (por gentileza da Câmara Municipal e da Associação de Reformados), onde instalámos o nosso Núcleo com as condições mínimas, na **Rua de Santo António, 157 — r/c dt.º**, na nossa cidade.

Assim, com a dignidade dos que têm casa própria, chegou o momento de convidar os amigos para uma visita «à vossa casa», e fiéis

ao princípio que sempre nos moveu neste objectivo, julgamos oportuno deixar à vossa reflexão algumas considerações:

— da vivência que tem surgido após a abertura do Núcleo, constatamos que nem todos os deficientes militares estão a usufruir das regalias a que têm direito;

— temos, por isso, ajudado, com a nossa pouca experiência, alguns colegas na resolução de situações que estão ao nosso alcance solucionar, ou então através da Delegação de Famalicão, a quem estamos ligados estatutariamente, fazendo deslocar, nos últimos sábados de cada mês, o seu funcionário junto do Núcleo;

— se fazemos pouco, ou nada, deixamos aos que a nós têm recorrido esse juízo, mas uma certeza nos anima a continuar:

No Concelho de Guimarães, onde somos cerca de centena e meia, e numa forma global em todo o país, há bastantes problemas que só poderão ser resolvidos se a nossa Associação tiver a força que lhe advém da união e da solidariedade;

— apelamos por isso à maior participação na vida associativa através deste Núcleo, que será aquilo que vocês quiserem.

Vem até nós e traz-nos a tua experiência. Mais importante que a tua quota é a tua presença.

TODO AQUELE QUE SE ESQUECE DE QUANTO BEM SE LHE FEZ SÓ DESSE BEM SE RECORDA SE PRECISAR OUTRA VEZ

Saudações do Núcleo
Nota: Estamos abertos aos sábados, das 9 até às 12 horas.

VISEU

Jantar convívio e comemoração do 19.º aniversário da ADFA

A Delegação de Viseu ao encontro dos sócios.

Vai esta Delegação levar a efeito um jantar convívio na cidade de **Tondela, no dia 21 de Maio**, pelas 20H00, no Restaurante «Varanda do Criz», nas margens do rio Criz, estrada de Campo de Besteiros.

Contamos com a presença de todos os associados da zona de Tondela, assim como de todos que queiram participar, quer da área da Delegação quer do todo nacional.

As marcações são feitas para a Delegação de Viseu, por escrito ou pelo telefone (032) 27645, até ao dia 17 de Maio.

COMPARECE! A PRESENÇA DE CADA UM É A FORÇA DE TODOS!

ADFA

PARTICIPA!

ADFA

Correspondência

Correspondência

Este mês o nosso colaborador Jorge Lage enviou-nos dois textos, os quais, pelo seu tema e tratamento, entendemos incluir nesta secção, e não em «Escrevem os sócios», como é habitual com os seus artigos. E porque sendo «correspondência», haverá que dar resposta, agradecemos as sugestões, e as referências, informando que, dentro do possível, e solicitando a colaboração não só dos diversos Departamentos da Sede, das Delegações e dos Núcleos, como também dos organismos oficiais e particulares que estejam envolvidos, iremos tentar a criação de «fichas» destacáveis e colecionáveis, com dados de interesse em vários campos, não o prometendo, no entanto, para já, visto a dificuldade de meios, nomeadamente em pessoal, com que se debate a redacção do ELO.

De qualquer maneira, informações enviadas pelos associados são sempre bem

recebidas e prova do pleno funcionamento do duplo sentido da comunicação jornal-leitor-jornal.

Informações aos sócios

Com o título «Informações aos Sócios», o ELO mantém uma das rubricas de bastante interesse e utilidade. No número de Fevereiro trazia um extenso rol de acordos com várias entidades, celebrados pelo Departamento de Finanças do Estado-Maior do Exército no âmbito dos benefícios da ADME.

Com estes acordos podemos evitar desembolsar os quantitativos devidos pela utilização dos serviços. Quem vai contando os tostões sente melhor o jeito que isso dá.

Mas sugeríamos ao ELO que fosse publicando todas as entidades com acordos com ADME, Delegação por Delegação. Cada uma fazia o levantamento da sua área e remetia ao ELO e nós, sócios, recortávamos e arquivávamos em local certo e

seguro. Quando «trovoasse» podíamos escolher o que melhor nos aposses.

Deixem-nos protestar por não haver um único acordo no Distrito de Braga! Será que a ADME se esqueceu do grande número de beneficiários desta região?

Mas continuemos com o fio da meada.

Já temos visto outros benefícios ligados ao turismo e à manutenção dos automóveis, mas muitas vezes o jornal perde-se e lá ficamos «desarmados».

Mais vale prevenir do que remediar e doravante vamos recortar e guardar em lugar certo tudo aquilo que nos parecer útil, porque vai fazer falta quando menos contamos.

O amigo de Mondim

Um sócio de Mondim de Basto fez-nos reflectir com a sua frase: «Na minha terra, há lá um DFA, que está bem na vida e não precisa da ADFA.»

Decorria o primeiro sá-

bado do mês dos enganados, com uma tarde cinzenta e lacrimosa, convidando os poucos que estávamos na Delegação do Porto, à véspera da Paixão de Cristo.

Soubemos, pelo referido sócio, que «O Amigo de Mondim» está bem na vida. Assim esquece-se dos que lutam, a troco de nada, pelos seus direitos e os de tantos outros. É presidente da Junta de Freguesia lá da terra, um lugar invejável em qualquer aldeia do meio rural.

Gostaríamos de saber qual o motivo que leva o DFA de Mondim de Basto a não se inscrever como sócio da ADFA?

Dinheiro, ainda bem, não lhe falta. Talvez lhe falte tempo. Se assim acontecer, a ADFA, pelo sistema do pagamento das quotas através de conta bancária, facilita-lhe a vida. Recebe todos os meses, em troca, o jornal ELO gratuitamente, ficando ao corrente de tudo o que diz respeito aos deficientes militares.

O ELO está a manter a um número qualitativo de informações que nos beneficiam em múltiplas situações. Podemos afirmar que, desde a saúde até aos pneus dum carro, é possível poupar dinheiro das mais variadas formas.

Feitas bem as contas, poupamos bastante em sermos sócios da nossa Associação.

Estamos prontos para o termos na família ADFA. Quantos mais sócios tiver a ADFA, mais forte ela será a defender os interesses de todos nós.

Já agora, pelo que conhecemos das gentes de Mondim, como refere Camilo Castelo Branco, não são de se encolher ou recuar. A ADFA terá a maior alegria em o ter como sócio e a tantos outros espalhados pelo rectângulo lusitano.

Não gostaríamos que os de Mondim fossem citados como sendo parentes dos «amigos de Peniche».

E há tantos DFA's que se comportam como os

«amigos de Peniche» (com o devido respeito pelas boas gentes de Peniche), em relação à ADFA!...

Um dia pode complicar-se a vida a qualquer um, e sendo a História cíclica, podemos ver os nossos direitos torpedeados e diminuídos. Onde estão muitos dos que se bateram na primeira linha? Porque se esqueceram de se filiar na ADFA?

Atitudes de miséria podem levar-nos a termos de estender a mão quando menos esperamos!

Com a ADFA é um cuidar que se perde em se ganhar.

Ficamos à vossa espera. Gostaríamos de ver o DFA de Mondim na primeira linha de novos sócios da ADFA.

Sugeríamos ao ELO que, a partir de agora, com ajuda das Delegações, publicasse a lista dos que se vão inscrevendo na ADFA como sócios.

ADFA esteve...

no Seminário «Deficiência mental e família»

Tal como informado em «Agenda» do ELO passado, publicamos hoje o trabalho da técnica de Serviço Social da Sede dr.ª Fátima Almeida, sobre o Seminário Europeu «Deficiência Mental e Família», da responsabilidade da FENACERCI, e a que a ADFA assistiu na sua qualidade de convidada.

«É necessária uma política social estruturada, com uma visão preventiva e de entendimento precoce das dificuldades, procurando uma integração comunitária das problemáticas, com o objectivo de inserir as soluções nos locais e contextos onde emergem, atribuindo às pessoas e às comunidades a responsabilização pelos seus problemas, tendo contudo o cuidado de apoiar e articular a sua participação no todo social.»

Decorreu entre o dia 18 e 19 de Março/93, na Fundação Calouste Gulbenkian, um Seminário Europeu sobre «Deficiência Mental e Família».

Este Seminário foi organizado pela FENACERCI (Federação Nacional das Cooperativas de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas), tendo este como objectivo fazer reconhecer os direitos das pessoas deficientes mentais e de defender os seus interesses e os das suas famílias. Neste Seminário, estiveram presentes dois elementos da ADFA, o Presidente da Direcção Central e a Técnica de Serviço Social da Sede.

A sessão de abertura deste Seminário, no dia 18 de Março, foi presidida pela dr.ª Maria de Jesus Barroso, que se encontrava acompanhada pelo Secretário de Estado da Segurança Social, José Luís Vieira de Castro, e pelo Presidente da FENACERCI, Jaime Raposo Calado.

Neste primeiro dia abordou-se temas como:

— «Necessidades e problemáticas sentidas pelas famílias de indivíduos portadores de deficiência mental», por Julieta Sanches (mãe de uma jovem deficiente);

— «O impacto do indivíduo deficiente na dinâmica familiar», por Thérèse Foulon, Presidente da Comissão «Irmãos e Irmãs», International League of Societies for Person with Mental Handicap;

— «Abordagem ao papel e função da família face à pessoa com deficiência», por Maria de Lourdes Gonçalves, Técnica Superior da Direcção-Geral de Família;

— «Importância das estruturas de apoio na escolha do modo de vida das pessoas deficientes e seus familiares», por Nadina Meeus, Presidente da Comissão de Pessoas Deficientes, da Confederação das Organizações Familiares de la Communauté Européenne;

— «Linhas de orientação sociopolítica no apoio à família e à criação de estruturas institucionais na Dinamarca e na Região do Alana em Espanha», por Jesus Loza, Deputado de Bienestar Social/Alana, Espanha;

— «A família e a instituição no apoio ao deficiente», por Maria Joaquina Ruas Madeira, Directora-Geral de Acção Social/Portugal, e

— «Intervenção das CERCI's na problemática da deficiência mental», por António José Correia, Director da FENACERCI.

Após a abordagem destes temas, conclui-se que todas as famílias devem ter uma informação adequada em todas as fases da reabilitação do deficiente, devendo esta ser objectiva ao quadro das necessidades do deficiente mental.

Por outro lado, é preciso criar estruturas de suporte local, tendo que facilitar os meios de colaboração com a comunidade de modo a que o deficiente possa usufruir dos serviços locais.

Contudo, importa ainda estabelecer legislação com vista à plena integração profissional do deficiente, criando assim uma sociedade mais justa, definindo políticas adequadas à sua integração.

No dia 19 de Março abordaram-se temas como:

— «Centros de Apoio Ocupacional», por Lutergera Justo, psicóloga do Centro de Educação para Crianças Deficientes de Mira-Sintra;

— «Modelos de funcionamento de unidades residenciais em Espanha», por Juan Carlos Alonso, responsável pelas residências;

— «Acompanhamento social nas unidades residenciais no Luxemburgo», por Raymond Ceccotto, Director Adjunto da Fundação Association des Parents d'Enfants Mentalement Handicapés;

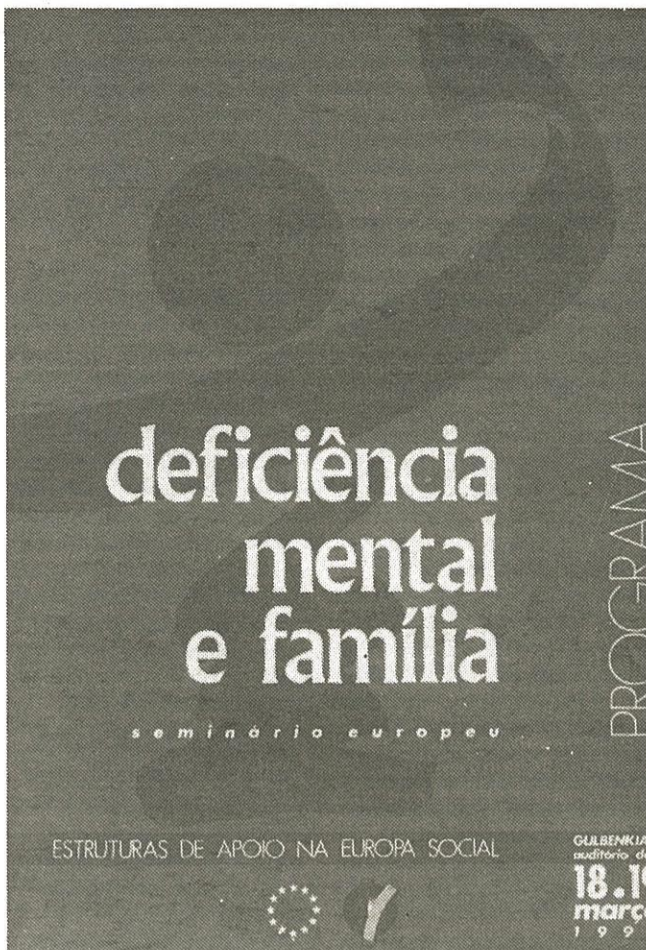
— «Apoio domiciliário numa perspectiva de acção social», por Marine Ferreira, psicóloga da Associação Nacional das Famílias para Integração Social de Pessoas com Deficiência;

— «Experiência do Centro Regional de Segurança Social de Braga, na área da deficiência», por Maria Celeste Monteiro, técnica superiora;

— «Necessidade de formação e definição de Estatutos dos profissionais nesta área», por Carmen Duarte, Vice-Presidente da FENACERCI;

— «A reabilitação profissional das pessoas deficientes mentais — uma perspectiva sobre o perfil dos técnicos necessários e sua formação», por Leonardo Conceição em representação do Director da Direcção de Serviços de Reabilitação Profissional do Instituto do Emprego e Formação Profissional;

— «Formação dos professores em Educação Especial», por Cândida Fernandes Gonçalves, docente da Escola Superior de Educação de Lisboa, e por Luís Miranda Correia, professor catedrático, e



— «Formação para a habilitação: problemáticas e perspectivas», por David Rodrigues, professor catedrático da Faculdade de Motricidade Humana.

Tendo em conta as realidades que foram abordadas nos vários países (Espanha, Luxemburgo e Portugal), considera-se factor essencial a autonomia do deficiente. Assim, em Espanha existem residenciais com o objectivo de os pais descansarem uns tempos dos seus filhos, visto a idade de muitos deles ser avançada e por vezes necessitarem de uns tempos de repouso.

Nestes Centros existe uma equipa de monitores com formação adequada, havendo um centro ocupacional onde existem diversas actividades, desde carpintaria à actividade física (ginástica).

Estas residências situam-se normalmente no núcleo urbano, para satisfazer as necessidades da comunidade.

No Luxemburgo também existem as residenciais, mas dá-se mais enfoque às casas de transição, compostas, estas últimas, por estúdios ou apartamentos, onde é dado acompanhamento individualizado às pessoas. Nestas casas não existem mais que quatro a cinco deficientes em cada apartamento, de forma a se poder dar um acompanhamento mais personalizado. Neste acompanhamento trabalha uma equipa pluridisciplinar composta por:

— terapeuta ocupacional;

— psicólogo;

— técnico de Serviço Social;

— médico.

Há uma colaboração mútua entre os profissionais e os diferentes sectores de reinserção.

Em Portugal existe a AFID, ou seja, a Associação Nacional das Famílias para a Integração Social das Pessoas com Deficiência,

tendo um serviço de atendimento (S.O.S. — Famílias), apoio domiciliário e também residências.

Esta Associação visa a informação/formação/apoio, tendo em conta a realidade das famílias. Tem como preocupação a ocupação dos tempos livres dos deficientes.

Foi ainda referenciado que no Distrito de Beja lançou-se um projecto de apoio domiciliário pela regra da vizinhança; os vizinhos de alguns deficientes receberam formação com o objectivo de se formarem em «Auxiliares da Vida», dando apoio aos deficientes. Fez-se um levantamento do número de crianças com deficiência mental, de modo a se realizarem passeios de Verão e estes participarem.

Relativamente à experiência do Centro Regional de Segurança Social de Braga, na área de deficiência, organizaram colónias de férias entre Portugal e Espanha; acções de sensibilização aos pais para a problemática da deficiência, passeios, etc.

Na verdade, o Centro Regional de Segurança Social de Braga funcionou como um dinamizador apoiando os utentes dos Centros de Reabilitação.

No que diz respeito à formação profissional dos técnicos na área da deficiência mental, esta é essencial, sendo necessário cada vez mais a especialização de professores nesta área, de forma a se melhorar cada vez mais no tipo de prestação de serviços.

Os monitores com formação adequada, o terapeuta ocupacional, os professores de Educação Física, o psicólogo, o técnico de Serviço Social e o técnico de Acompanhamento em Empresa, são elementos fundamentais em qualquer Instituição de e para pessoas deficientes.

Contudo, não só a for-

mação dos técnicos é importante, como também é necessário secções de formação para os pais destes deficientes, de modo a acompanharem os seus filhos adequadamente.

A colaboração de toda esta equipa, facilitará a integração do deficiente na vida em sociedade.

Foi referenciado neste Seminário que é importante criar disciplinas adequadas à preparação do aluno (deficiente mental) para a vida activa.

Assim, há que valorizar as capacidades da criança, de modo a fazer uma estimulação dessas capacidades e desenvolvê-las, tendo de haver uma preparação dos professores e pais neste sentido.

A transição para a vida activa deve ser efectuada desde cedo, pretendendo-se que a criança se adapte à comunidade e adquira a capacidade de comunicação e socialização, tornando-se deste modo autónomo para vida activa.

Há que apostar na formação contínua, a qualidade do ensino pode ser construída. No entanto, é necessário um trabalho conjunto entre a família, a instituição e as entidades de suporte à comunidade.

Perante tudo o que foi referenciado neste Seminário, poder-se-á dizer que é fundamental a abordagem comunitária dos problemas, dadas as dificuldades das pessoas e das famílias.

É necessária uma política social estruturada, com uma visão preventiva e de entendimento precoce das dificuldades, procurando uma integração comunitária das problemáticas, com o objectivo de inserir as soluções nos locais e contextos onde emergem, atribuindo às pessoas e às comunidades a responsabilização pelos seus problemas, tendo contudo o cuidado de apoiar

ar e articular a sua participação no todo social.

É importante o reconhecimento do decisivo papel das famílias no processo de readaptação de pessoas, com deficiência, procurando nunca substituí-las na sua actuação.

Se o papel que as famílias desempenham é relevante, o papel das instituições com fins de solidariedade social, e do Estado, é também de grande importância. Cabe à sociedade civil, tanto quanto ao Estado, criar estruturas de apoio, nomeadamente: Centros de Actividade Ocupacional, Salas de Estimulação Precoce, Unidades Residenciais, e ainda implementar Redes de Vizinhança e Escola de Pais.

A FENACERCI, entidade organizadora deste serviço, enquanto representante das CERCI's, tem-se preocupado com o processo global de reabilitação e integração da pessoa deficiente mental, do qual não se pode excluir as famílias.

Esta instituição propõe-se fomentar o diálogo junto das entidades e organismos governamentais, das instituições e das famílias, com o objectivo de estruturar soluções adequadas não só às necessidades da população, como também à conjuntura nacional e europeia.

É desejo desse Seminário que sirva de reflexão e sensibilização, forme e informe os dirigentes parceiros sociais, por forma a que, na prática, se possa implementar estruturas de apoio que permitam a integração da pessoa deficiente na sociedade, e que se minimizem as disfuncionalidades familiares.

A sessão de encerramento foi presidida pelo Ministro do Emprego e Segurança Social, dr. Silva Peneda.

Fátima Almeida



**ENTREGUE OS SEUS TRABALHOS
FOTOGRAFICOS
NA ADFA**

**REVELAÇÕES, AMPLICÓPIAS
E AMPLIAÇÕES**

MAIS BARATO E COM RAPIDEZ

PALÁCIO DA INDEPENDÊNCIA

☎ 346 21 67/8

**LARGO DE S. DOMINGOS
1194 LISBOA CODEX**

Página de SOLIDARIEDADE

Porque solidariedade cada vez se precisa mais e deve ser afirmada em cada momento possível, mais que não seja para justificarmos a nós próprios porque existimos, **ELO**, pelo menos neste número, inclui num mesmo espaço vários textos chegados à Redacção neste período, na esperança de assim melhor contribuir para a necessária tomada de consciência de que só mesmo uma solidariedade activa, a manifestar-se de tantas e diversificadas formas, pode ainda salvar este fim de século.

Eis um tema que, esperamos, seja aceite como

desafio pelos nossos leitores. A sua contribuição, mesmo que em crítica contrária, desde que frontal e honesta, é já uma manifestação de solidariedade...

A propósito, quantos livros e quilos de arroz terão levado os nossos leitores, ou os seus filhos, à escola da sua área de residência, nestes últimos dias de Abril e primeiros de Maio, época de lembrança/comemoração do 25 de Abril e do 1.º de Maio, no âmbito da missão/operação «BOA ESPERANÇA», de solidariedade com as crianças de Moçambique?!

Morre-se em Évora...

Perante o drama vivido em Évora pelos insuficientes renais e suas famílias, e que todo o país tem acompanhado, **ELO** entendeu solicitar à APIR, para melhor informação dos seus leitores, um artigo/opinião sobre tão momentoso problema, o que imediatamente foi correspondido com o texto que a seguir se transcreve, da autoria do próprio Presidente da Direcção daquela Associação, Vítor Simões.

«A tragédia de Évora e a impunidade do Estado»

As trágicas circunstâncias em que faleceram, até ao momento em que escrevemos este artigo, 13 insuficientes renais crónicos (IRC) em programa regular de hemodiálise no Hospital Distrital de Évora, enquanto se encontram ainda em coma mais quatro, e vários outros ficaram gravemente afectados, vem levantar uma vez mais a questão da responsabilidade do Estado na segurança e na defesa da saúde dos cidadãos portugueses, conforme determina a nossa Constituição.

Efectivamente, e para além das responsabilidades da Administração e da Direcção Clínica do Hospital, existe um quadro de fundo legal, e moral, a assegurar pelo Estado — a prevenção, a detecção precoce e o tratamento dos males na área de saúde, que possam afectar a vida dos cidadãos.

O que compete fazer ao Estado?

No que se refere às condições em que devem ser efectuados os tratamentos de hemodiálise dos IRC, compete ao Estado/Ministério da Saúde criar todo um conjunto de regras normativas e mecanismos legais para controlo da instalação e funcionamento das Unidades. Infelizmente, e apesar de a Associação Portuguesa de Insuficientes Renais — APIR, e outras entidades, virem há vários anos a reclamar da Administração Pública a aprova-

ção dessas Normas Reguladoras da Instalação e Funcionamento dos Centros, elas continuam encerradas nas gavetas dos gabinetes.

O próprio Ministério da Saúde, pelo menos desde 1989, reconhece a necessidade dessas Normas. Tanto assim é, que a Direcção-Geral dos Cuidados de Saúde Primários elaborou, nesse ano, um Projecto de Normas Reguladoras da Instalação e Funcionamento dos Estabelecimentos Privados no âmbito da hemodiálise. Nesse documento

de controlo em relação à água utilizada na Unidade de Hemodiálise daquele Hospital, pensamos que poderia ter sido evitada a tragédia a que agora assistimos. Isto sem querer, de forma nenhuma, ilibar as responsabilidades do Hospital, ou de outros.

Em nossa opinião, as medidas implementadas pelo Ministro da Saúde, em 3 de Abril, no sentido de transferir somente os IRC com mais de 69 anos de idade, e 5 hemodiálise, para outras Unidades, são insuficientes e muito tímidas. Por outro lado, as declarações por si feitas de que os responsáveis do Hospital garantiam todas as condições de segurança aos IRC que ali continuam em tratamento, servem apenas para dar cobertura às falsas declarações e à falta de credibilidade da Administração e da Direcção Clínica do Hospital.

Face aos graves acontecimentos de Évora, compete ao Estado/Governo:

- a) suspender de imediato todos os tratamentos de hemodiálise naquela Unidade, e assegurar as condições indispensáveis à transferência dos IRC para outras Unidades;
- b) instaurar um inquérito rigoroso, e isento, para apuramento total das responsabilidades;
- c) no caso de se comprovar que houve negligência, punir os responsáveis e atri-

tos que não cumpre atempadamente, seja nas indemnizações ou valores recebidos indevidamente que devolve tarde e a más horas, e nunca com os juros devidos. No entanto, quando se considera lesado, esse mesmo Estado consegue punir e receber com juros os atrasos, ou descuidos, dos utilizadores dos seus serviços, muitas vezes injustamente.

Perante esta situação, queremos deixar algumas interrogações: será que no nosso regime democrático o Estado está em condições de julgar e punir os responsáveis por todas estas mortes, à semelhança do que aconteceu em França com os hemofílicos contaminados com o vírus da SIDA?

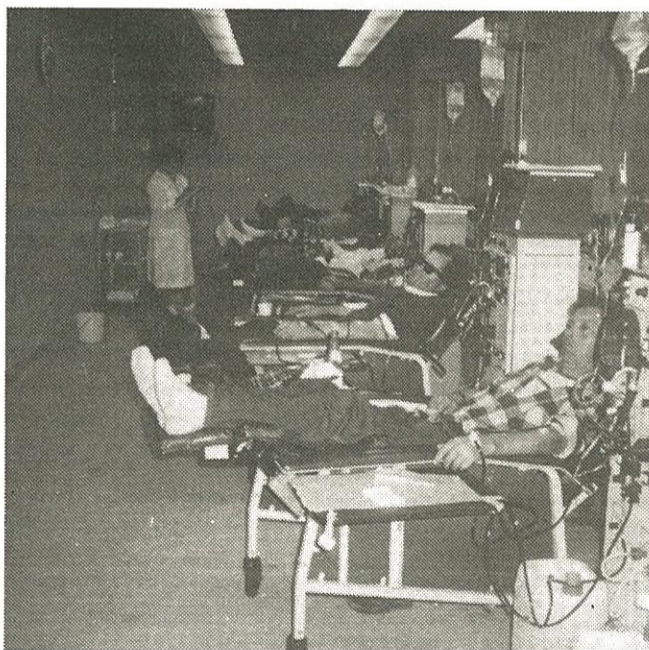
Infelizmente as conclusões tornadas públicas pelo Relatório Preliminar do inquérito do Ministério da Saúde apontam no sentido contrário, ou seja: ao ilibar a Administração e a Direcção Clínica do Hospital, e ao culpar os técnicos de manutenção das máquinas de tratamento da água, o Ministério está a querer desculpar os verdadeiros responsáveis pela tragédia, e torna-se conivente com a negligência e incúria de quem toma as decisões.

Será que o Estado, e os principais responsáveis, poderão continuar a gozar de total impunidade na morte dos hemofílicos, e agora dos insuficientes renais crónicos portugueses?

Esperamos que as instituições competentes, nomeadamente o Procurador Geral da República e o Ministério Público, nos respondam positivamente a estas questões.

22 Abril, 1993.

Vítor Simões



são definidas regras muito claras, nomeadamente no seu artigo 15.º, em relação à qualidade da água a utilizar nas sessões de hemodiálise, que OBRIGATORIAMENTE terão que ser controladas por essas unidades de trabalho.

Entretanto, e inexplicavelmente, apesar de terem sido enviadas várias propostas ao Ministério, inclusivamente pela APIR, e de pareceres favoráveis da Ordem dos Médicos, o referido Projecto continua a aguardar, há mais de 3 anos, pela sua discussão e aprovação.

No caso de Évora, se estas Normas já tivessem sido aprovadas e regulamentadas com força de Lei, e tivessem sido accionados atempadamente os mecanismos

de buir indemnizações às famílias das vítimas.

d) aprovar, de imediato, as Normas Reguladoras da Instalação de Funcionamento dos Centros Privados e Estatais de Hemodiálise, por forma a dotar as ARS e a DGCSP de mecanismos de controlo da qualidade de tratamento dos IRC, a níveis regional e central adequados.

Será que o Estado pode ficar impune?

Frequentemente chegam ao conhecimento de todos nós arbitrariedades e injustiças do Estado perante os cidadãos. São inúmeros os casos em que a Administração Pública prejudica os utentes, seja nos impostos, nos serviços prestados, nos acordos e contra-

SALVAR VIDAS EM ANGOLA

A coberto deste título, em acção conjunta da Cruz Vermelha Portuguesa, da Caritas e de mais Organizações Não Governamentais, contando com o patrocínio da Rádio Nova e do jornal Público, foi lançada uma campanha humanitária para recolha de auxílio destinado a socorrer as vítimas do conflito angolano, principalmente crianças, mulheres e velhos, a viver com enormes carências em campos de refugiados, onde escasseiam os alimentos, o vestuário e os medicamentos.

A Delegação do Porto, já do anterior sensibilizada para este tipo de problemas, imediatamente se empenhou no apoio a esta iniciativa, apresentando o assunto aos Órgãos Sociais Centrais, dos quais, como era de esperar, obteve o encorajamento e a disponibilidade necessária para dignificar ainda mais a sua postura solidária, tendo sido mesmo, também com a colaboração do Presidente da MAGN, deliberado, conforme Comunicação de Serviço de 16ABR92, que represente a ADFa junto da organização.

E assim, quer em entrevista já transmitida pela Rádio Nova, quer em mensagem já enviada em nome dos sócios, a Associação manifestou publicamente a sua adesão e apoio a tal iniciativa, na certeza de que os seus associados, mais que quaisquer outros, não são indiferentes às cruéis imagens da guerra que, dia-a-dia, vão chegando e em que as principais vítimas são seres inocentes que, como nós, sofreram ou estão

a sofrer em resultado dos horrores e da violência do conflito.

ELO, em cujas páginas, muito em especial na rubrica «**MAS AS CRIANÇAS, SENHORES...**», tanta atenção tem dado a este tema, indicando diversas formas de contribuir — recordemos apenas, por exemplo, «*Salvar uma vida*», em favor da AMI, ou «*Dia da criança africana*», da UNICEF —, não pode deixar de dar o seu inteiro apoio a este gesto da ADFa e, por isso, não pode também deixar de ficar fortemente empenhado na campanha.

ESPERAMOS, POIS, A CONTRIBUIÇÃO GENEROSA DE CADA LEITOR, PARA AJUDAR A MINORAR AS CARÊNCIAS DO POVO IRMÃO.

Cobertores, roupa e calçado, para criança ou adulto, poderão ser entregues, para já, na Sede (DASC) e na Delegação do Porto.

Os medicamentos, que tanta falta fazem, serão adquiridos directamente aos laboratórios, os quais se encarregarão de os embalar por tipos de especialidade e nas quantidades adequadas. Para ajudar à compra dos mesmos, qualquer contribuição em dinheiro pode ser depositada na conta n.º 28890255/001 do Banco Totta & Açores, aberta pela ADFa especialmente para tal efeito.

DEMONSTRA, UMA VEZ MAIS, A TUA SOLIDARIEDADE, INTEGRANDO-TE NESTA CAMPANHA DA TUA ASSOCIAÇÃO.

SE NÃO PODE FAZER O MILAGRE DA MULTIPLICAÇÃO DOS PÃES FAÇA O DA DIVISÃO



Campanha de recolha de alimentos do Banco Alimentar Contra a Fome

De 100 a 150 mil pessoas em Lisboa contam com este gesto seu

LUTA CONTRA A FOME EM LISBOA. ALIMENTE ESTA IDEIA.

BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME
R. Cintura do Porto de Lisboa, Arm. 1
Nave 3 do Ex-Entrepósito de Santos
1200 Lisboa - Tel. 395 21 05/6



Viaturas RENAULT

EM VIGOR A PARTIR DE 93-01-15

MODELO	PREÇO BASE	P.V.P.
3 PORTAS		
CLIO WIND	1 140 621\$00	1 661 403\$00
CLIO RN 1.2	1 298 245\$00	1 844 247\$00
CLIO RT 1.2	1 448 452\$00	2 018 487\$00
CLIO RT 1.4	1 528 601\$00	2 356 199\$00
CLIO S 1.4	1 474 187\$00	2 293 079\$00
CLIO BACCARA	2 075 306\$00	2 990 377\$00
5 PORTAS		
CLIO WIND	1 202 173\$00	1 732 803\$00
CLIO RN 1.2	1 360 632\$00	1 916 616\$00
CLIO RT 1.2	1 509 702\$00	2 089 537\$00
CLIO RT 1.4	1 588 946\$00	2 426 199\$00
CLIO RT 1.9 DIESEL	1 775 726\$00	3 718 788\$00
CLIO BACCARA	2 137 149\$00	3 062 115\$00
RENAULT 19 TRICOR 4 PORTAS		
R 19 RL 1.2	1 653 346\$00	2 261 645\$00
R 19 RN 1.2	1 727 802\$00	2 348 014\$00
R 19 RN 1.4	1 765 789\$00	2 636 818\$00
R 19 RT 1.4	1 983 187\$00	2 889 000\$00
R 19 RTi 1.4	2 132 218\$00	3 061 876\$00
R 19 RT 1.9 DIESEL T	2 120 972\$00	4 124 755\$00
RENAULT 19 BICOR 5 PORTAS		
R 19 RL 1.2	1 653 346\$00	2 261 645\$00
R 19 RN 1.2	1 727 802\$00	2 348 014\$00
R 19 RN 1.4	1 765 789\$00	2 636 818\$00
R 19 RT 1.4	1 983 187\$00	2 889 000\$00
R 19 RTi 1.4	2 132 218\$00	3 061 876\$00
R 19 RT 1.9 DIESEL T	2 120 972\$00	4 124 755\$00
VIATURAS EQUIPADAS COM CAIXA AUTOMÁTICA		
R 19 RN 1.4	1 928 989\$00	2 826 130\$00
R 19 RT 1.4	2 146 387\$00	3 078 311\$00
CLIO RT 1.4 5 P.	1 813 667\$00	2 686 875\$00
CLIO RT 1.4 3 P.	1 753 322\$00	2 616 875\$00
CLIO BACCARA 5 P.	2 300 349\$00	3 251 426\$00
CLIO BACCARA 3 P.	2 238 506\$00	3 179 688\$00

NOTA: Os preços aqui apresentados não contemplam as cores metalizadas, mas apenas as opacas. Os valores da pintura metalizada variam entre os 22 452\$00 e os 32 219\$00.

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES

DESCONTOS AOS SÓCIOS

Atendimento aos sócios: na residência, a partir das 19 horas (Telef. 443 19 51)

STAND: Telef. 859 00 58
Fax 859 16 90

Delegado de vendas: Bernardes

RENAULT

**AOS MILITARES
E FUNC. DAS INST. MILITARES**
VENDAS DE VIATURAS RENAULT
DESCONTOS ESPECIAIS

Renault Portuguesa, S.A.

Contacto

Deleg. de Vendas — Bernardes
Stand: Telef. 859 00 58 — Fax 859 16 90
Resid.: Telef. 443 19 51 (depois das 19.00 h)



ADFA — Delegação do Porto

Apoio aos sócios

- Compra de viaturas de qualquer marca
- Aquisição de pneus com desconto

A Delegação tem ao dispor dos seus associados um serviço que os apoiará na compra de viatura própria, o qual se encontra à disposição de todos, independentemente de estarem, ou não, abrangidos por legislação específica de isenção de impostos.

Para obterem informações mais detalhadas, devem os interessados contactar:

- gabinete de apoio aos órgãos da Delegação (sócio Abel Fortuna), pelo telefone 02/82 04 03, ou
- o colaborador da Direcção, sócio Américo Meireles, que atende nos primeiros sábados de cada mês, ou pelos telefones 02/82 04 03 e 02/995 58 60.



CLIO



EXPERIÊNCIA VIVA

Interessado no novo Renault Clio? É compreensível. Indeciso sobre qual a versão que mais lhe convém? Visite-nos e faça um ensaio do Renault Clio.

...e tudo se transforma



CARRO DO ANO 1991

RENAULT
Ao Ritmo da Vida

CONCESSIONÁRIO

RENAULT PORTUGUESA, S.A. (Sucursal)

Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E (Oficina, peças) — Tel.: (01) 859 00 58
1900 LISBOA

Av. Frei Miguel Contreiras, 16-A (Oficina, peças) — Tel.: 80 84 98/88 61 14
1700 LISBOA

Av. de Roma, 25 (Stand) — Tel.: 76 50 71/2 — 1000 LISBOA

Av. Infante D. Henrique, Lote 575 (Stand) — Tel.: 31 91 30/31 91 61 — 1800 LISBOA

COMPANHEIRAS & Juniores

Mira enviou-nos um seu artigo para esta rubrica, o qual, no entanto, e pelo seu tema, resolvemos antes inluir em...

ELO e os grandes temas da actualidade — II

O planeta que temos

Calcula-se que 10% da superfície da Terra tenha sido transformada, de floresta e solo fértil em deserto, no decurso das actividades humanas.

Várias áreas do Globo estão ameaçadas pela erosão: à medida que a exploração agrícola a exaustão das fontes de irrigação e a desflorestação aumentam, e tudo isto devido à criação rápida de riqueza, sem um olhar sequer para as possíveis consequências, tanto mais que onde existe consciência tem faltado, na maioria dos casos, vontade política.

— queremos energia ba-

rata, construímos centrais nucleares! E depois o que fazer com os resíduos tóxicos? Fácil, enfiamo-los em algum buraco deste nosso planeta e temos o problema resolvido...;

— vamos todos em busca de riquezas do subsolo e pronto, cortamos, durante apenas um ano, cerca de 20,4 milhões de hectares de floresta tropical. Mas isso não tem importância!

Extinguimos algumas espécies animais e vegetais, criamos problemas de humidade e de erosão do solo, com presumíveis efeitos no regime das chuvas e dando origem à libertação de dióxido de carbono (com consequências a nível de poluição e de efeito de estufa),

destruindo assim, muito prosaicamente, e de forma irreversível, a riqueza de tantos países. Mas tudo isto são meros pormenores...;

— precisamos de nos alimentar e pomos mãos à obra! Pescamos indiscriminadamente tudo o que vem à rede, sem nos preocuparmos com a espécie ou o tamanho do exemplar; se não presta não faz mal, devolve-se à procedência mesmo morto...;

— deitamos os nossos detritos, sem serem tratados, nos rios, mas como eles vão ter ao mar, e este é inesgotável, tudo bem, mesmo que ponhamos em risco o ecossistema oceânico...;

— utilizamos os clorofluorcarbonetos (CEL's) nos

nostros aerossóis, frigoríficos, no fabrico de esferovites, espumas e materiais similares e, nada mais nada menos, fizemos e vamos aumentando um lindo buraco, o «buraco da camada de ozono», sendo recompensados com mais cancro, destruição de plâncton dos oceanos (base de toda a cadeia alimentar marinha) e com a morte, anunciada de todos os seres vivos do planeta...

Estamos transformando a Terra numa gigantesca bomba de efeito retardado e, quando explodir, vamos todos (') de malas aviadas para Marte.

É esta bela herança que deixamos às gerações futuras!

Mira

ATENÇÃO — Novo horário de consultas no HMR-4

ESPECIALIDADE	SEGUNDA FEIRA	TERÇA FEIRA	QUARTA FEIRA	QUINTA FEIRA	SEXTA FEIRA	Nº DE DOENTES POR CONSULTA	OBSERVAÇÕES
CARDIOLOGIA				Das 14:00 às 17:00H Dr. Vasconcelos		8 DOENTES + 2 URGÊNCIAS	Electrocardiogramas: 2ª a 6ª 09:00H; Ecocardiogramas: 5ª das 17 às 19 H; Prova de esforço; ECG Dinâmico-Holler
DERMATOLOGIA							Temporariamente Desactivada
CIRURGIA	Das 08:30 às 12:00H Dr. Heitor		Das 09:00 às 11:00H Dr. Gouveia		Das 08:30 às 12:00H Dr. Barata	8 DOENTES + 2 URGÊNCIAS	Consulta para o Sr. Dr. Gouveia: 4 doentes+1 urgência
OFTALMOLOGIA	Das 09:00 às 13:00H Dr. Jerónimo	Das 09:00 às 12:00H Dr. Canas Mendes	Das 09:00 às 13:00H Dr. Jerónimo	Das 09:00 às 13:00H Dr. Jerónimo	Das 09:00 às 13:00H Dr. Jerónimo	12 DOENTES	
OTORRINO		Das 13:30 às 17:00H Dr. Ferrer			Das 13:30 às 17:00H Dr. Ferrer	8 DOENTES + 2 URGÊNCIAS	Exames de audição: 3ª e 6ª das 09:00 às 12:00H
UROLOGIA		Das 13:30 às 17:00H Dr. Duarte Nuno		Das 13:30 às 17:00H Dr. Duarte Nuno		8 DOENTES + 2 URGÊNCIAS	
ALERGOLOGIA				Das 08:30 às 12:00H Dra. Luísa Lopes		8 DOENTES + 2 URGÊNCIAS	
PEDIATRIA		Das 14:00 às 17:00H Dr. F. Almeida		Das 14:00 às 17:00H Dr. F. Almeida		8 DOENTES + 2 URGÊNCIAS	
ORTOPEDIA	Das 13:45 às 17:00H Dr. C. Simão	Das 14:00 às 17:00H Dr. José Rui	Das 13:45 às 17:00H Dr. C. Simão	Das 14:00 às 17:00H Dr. José Rui		10 DOENTES + 2 URGÊNCIAS	
GINECOLOGIA	Das 14:30 às 17:00H Dr. João Paulo			Das 14:30 às 17:00H Dr. João Paulo		8 DOENTES	Teste Papanicolaou
FISIATRIA			Das 12:00 às 13:00H Dr. Helena Silva		Das 14:00 às 17:00H Dr. Helena Silva	8 DOENTES + 2 URGÊNCIAS	Fisioterapia: 2ª a 6ª feira Manhã: das 08:00 às 12:00H Tarde: das 14:00 às 16:00H
MEDICINA INTERNA			Das 13:30 às 17:00H Dr. M. Velez	Das 13:30 às 17:00H Dr. M. Velez		8 DOENTES + 2 URGÊNCIAS	
ANÁLISES CLÍNICAS	Colheitas	Colheitas	Colheitas	Colheitas			Análises de Rotina: das 08:00 às 10:00H em jejum Análises Urgentes: são efectuadas sem marcação
ESTOMATOLOGIA	Das 13:30 às 14:30H PARA FAMILIARES	Das 08:00 às 16:00H PARA MILITARES	Das 08:00 às 16:00H PARA MILITARES	Das 08:00 às 16:00H PARA FAMILIARES			Temporariamente apenas Odontologia
CLÍNICA GERAL	Das 09:00 às 12:00H Das 14:00 às 16:00H	Das 09:00 às 12:00H Das 14:00 às 16:00H	Das 09:00 às 12:00H Das 14:00 às 16:00H	Das 09:00 às 12:00H Das 14:00 às 16:00H	Das 09:00 às 12:00H		Pedidos de receitas médicas: das 09:00 às 10:30H, sem limite de consultas
CLÍNICA GERAL		Das 10:00 às 12:00H Dr. Moura	Das 10:00 às 11:00H Dr. Gouveia	Das 10:00 às 12:00H Dr. Moura	Das 09:00 às 11:00H Das 14:00 às 16:00H Dr. Canas Mendes	4 DOENTES	Consulta de Revisão Clínica e Acompanhamento para militares do QP e deficientes das Forças Armadas
RADIOLOGIA	Das 08:00 às 12:00H Das 15:00 às 17:00H	Das 08:00 às 12:00H Das 15:00 às 17:00H	Das 08:00 às 12:00H Das 15:00 às 17:00H	Das 08:00 às 12:00H Das 15:00 às 17:00H	Das 08:00 às 12:00H Das 15:00 às 17:00H		Para Exames de Rotina Exames Urgentes: sem marcação Digestivos: 3ª feiras das 14:00 às 19:00H Ecografias: 3ª feiras das 14:00 às 19:00H
ANESTESIA							4 vezes por semana, de acordo com a marcação de intervenções cirúrgicas. Dr. Valadas e Dr. Lobo
PRÓTESE DENTÁRIA	Das 09:00 às 12:00H Das 14:00 às 17:00H	Das 09:00 às 12:00H Das 14:00 às 17:00H	Das 09:00 às 12:00H Das 14:00 às 17:00H	Das 09:00 às 12:00H Das 14:00 às 17:00H	Das 09:00 às 12:00H Das 14:00 às 17:00H		Manhã: com marcação Tarde: para acabamentos dos serviços

Atenção: Marcações prévias pelos telefones: 22602/23470/742951 (rede civil) ou 50356 (rede militar) ou pessoalmente.

- os doentes devem estar presentes no início da consulta.
- só se aceitam marcações para o próprio dia até 90 minutos após o início das mesmas e desde que existam vagas.

SEDE	
ASSISTÊNCIA MÉDICA E PSICOSSOCIAL	CONTENCIOSO
CLÍNICA GERAL Médico: sócio dr. Fernando Brito Terças e sextas-feiras, às 13 h. PSIQUIATRIA Médico: dr. Proença Terças-feiras, às 12 h. PSICOLOGIA CLÍNICA E ORIENTAÇÃO VOCACIONAIS dr.ª Fátima Cruz Segundas e Quartas-feiras, 14/18 h.	ADVOGADO dr. António Carreiro — 3.ªs e 5.ªs- feiras a partir das 14.00 h. (Marcação prévia por telefone 01/3462167/8 ou pessoalmente) Outros Serviços SERVIÇOS GERAIS E EXPEDIENTE Segundas a sextas-feiras, das 09H00 às 12H30 e das 14H00 às 18H00 BAR E CANTINA Segundas a sextas-feiras 10H00/14H00 15H30/18H00 SECÇÃO FOTOGRÁFICA: Horário normal de expediente a cargo do sr. João Domingos (Recepção)

342 62 47

ADFA responde à tua chamada

■ As consultas efectuaem-se todas no consultório médico da Sede
■ As marcações são feitas do DFP, 1.º andar, Josefa, devendo o sócio indicar objectivamente qual a consulta que pretende, ou informar-se dos serviços prestados por cada uma. Poderá também fazer a marcação pelo telefone 3462167/8.
■ As consultas de psicologia e as sessões de Orientação Escolar e Profissional (estas destinadas a filhos de sócios), estão sujeitas a marcação prévia, a qual deve ser feita directamente pelo telefone 01/3426247.

NOVA SEDE

PARTICIPANDO CONSTRUÍMOS O FUTURO!

Com um andamento mais vagaroso do que todos queríamos, e que impossibilita a celebração do 19.º aniversário da ADFA nas novas instalações, prosseguem as obras finais da Sede, agora muito mais perceptíveis mesmo do exterior, não só porque os acabamentos das fachadas e dos passeios dão uma excelente ideia do aspecto geral do edifício, como também os muros e os gradeamentos, retirados que estão os painéis envolventes, dimensionam de forma mais real o seu verdadeiro espaço.

Sem querer sobrepor aqui informação mais detalhada sobre as citadas comemorações, do que se fala noutra local, registre-se, no entanto, para o dia 15 de Maio, pelas 10 horas, uma visita guiada à nova Sede. É evidente que vos encontraremos lá!

Sobre a campanha de donativos, e porque julgamos que os sócios se estarão a guardar para quando conseguirmos publicar o «regulamento» do sorteio do Panda, não é grande a movimentação de verbas, como se pode ver pela lista que se segue:

Transporte (MAR93).....11 807 273\$20

SÓCIOS

N.º	NOME	QUANTIA
(Sede)		
2 398	Eduardo S. M. Abrantes.....	20 000\$00
268	António F. S. Pires.....	5 000\$00
8 733	Américo J. M. Bola.....	5 000\$00
3 176	António P. Reis.....	5 000\$00
6 275	Angelino M. Nunes.....	1 000\$00
1 906	Joaquim D. M. Louro	2 000\$00
2 819	José V. B. Pires.....	5 000\$00
10 826	Vitor M. Machado	10 000\$00
1 386	Tibério A. R. Monteiro	2 000\$00
9 696	X	2 000\$00
591	Jacinto M. A. Leal	5 000\$00
11 196	Manuel J. N. Barreiros.....	2 000\$00

(Porto)

9 298	Orlando S. Antunes.....	1 000\$00
2 475	Manuel G. Pinto.....	5 000\$00
4 734	Joaquim C. Alves.....	5 000\$00
6 757	António J. M. Barbosa	3 600\$00
12 276	Maria C. A. F. Fernandes.....	5 400\$00
6 783	Manuel A. Ribeiro	5 000\$00

NÃO SÓCIOS

(Sede)

Jorge H. P. Franco 5 000\$00

A transportar (ABR93).....11 901 273\$20

Entretanto, da EPAC, foi também recebida uma contribuição de 100 000\$00.

Nota: recorda-se que a nova Sede se localiza junto ao Lar Militar, no cruzamento entre as Avenida Padre Cruz e Rua Rainha D. Amélia, e é servida por vários meios de transporte público, nomeadamente a carreira n.º 3 de autocarros da Carris — Bairro de Santa Cruz/Alvalade.

Dado toda aquela zona da cidade ter sofrido, nos últimos tempos, profunda alteração no mapa viário, ELO procurará, logo que tenha acesso a uma sua planta actualizada, dá-la a conhecer aos seus leitores.

AUTOMÓVEIS FIAT

MOD.	P.BASE	P.V.P.
UNO 45 3P	996 768\$00	1 375 504\$00
UNO 45 5P	1 159 699\$00	1 564 504\$00
UNO 60 3P	1 117 554\$00	1 577 504\$00
UNO 60 5P	1 183 071\$00	1 653 504\$00
UNO Diesel 3P	1 302 833\$00	1 941 504\$00
UNO Diesel 5P	1 434 729\$00	2 094 504\$00
TIPO 1.400 S	1 460 101\$00	2 218 649\$00
TIPO 1.700 D	1 606 044\$00	2 938 504\$00
TEMPRA 1.4 SX	1 747 605\$00	2 552 154\$00
TEMPRA 1.4 (CARRINHA)	1 783 212\$00	2 593 504\$00

— Os valores acima expostos, não contemplam as despesas do despachante no desalfandegamento da viatura.
Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 50 16, a partir das 19H30, para Alberto Pinto.
Outras informações nas horas de expediente: 346 21 67/8.

NOVA SEDE E REVISÃO ESTATUTÁRIA



Frontaria



Lisboa, 22SET91



Tocha, 7MAR92



Átrio principal



Cozinha



Lisboa, 13FEV93



Porto, 17ABR93



Traseiras

SINAIS DE UMA EVOLUÇÃO POSITIVA